ATA Nº 06/2024

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO

---------- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, com a presença do Primeiro Secretário, senhor Geraldo Tavares Campas e da senhora Maria da Conceição Duarte Castro Portugal, para preencher o lugar vago na mesa devido a falta da Segunda Secretária, e restantes membros, senhores Pedro Miguel Gomes de Sousa, Jonatan Gonzalez Y Ribeiro, Sérgio Manuel Brandão de Azevedo, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Maria de Fátima Rodrigues da Fonseca, André Azevedo Vilar, Diogo Ribeiro Santos, Jorge Fernando Silva e Sousa, Joana Alexandra Gomes Brandão, Davide Fernandes, Óscar de Pinho Brandão, Rui Filipe Vilar Gomes, Alda Duarte Portugal, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Artur Miguel Quaresma Pereira Miler, José Maria de Oliveira Ribeiro, Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesias Alvarenga, Chave, Escariz, Fermedo, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Várzea, União de Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca e Covêlo de Paivó e Janarde.

---------- Do executivo estiveram presentes, a senhora Presidente da Câmara Municipal de Arouca, Margarida Maria Sousa Correia Belém e os vereadores senhores Cláudia Margarida Brandão Oliveira, Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Gomes Duarte, Vítor Costa Carvalho, Célia Brandão Alves e Maria Helena Pinto Rodrigues. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, às catorze horas e doze minutos. ----------

---------- Antes da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes. - ----------

---------- Em seguida foi elencada a ordem de trabalhos: ----------

---------- 1 – PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICIPES ----------

---------- 2 – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

---------- 2.1 – ATAS – APROVAÇÃO ----------

---------- 2.2 – CORRESPONDENCIA ----------

---------- 2.3 – DIVERSOS ----------

---------- 3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

---------- 3.1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2025 ----------

---------- 3.2 - 2.ª REVISÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL ----------
---------- 3.3 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA ----------
---------- 3.4 - REGULAMENTO DE OBRAS E TRABALHOS NA VIA PÚBLICA
---------- 3.5 - MAPA DE PESSOAL PARA 2025 ----------
---------- 3.6 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - FIXAÇÃO DA TAXA----------
---------- 3.7 - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS TERRAS DE SANTA MARIA - PERM - PARQUE EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS DAS TERRAS DE SANTA MARIA EIM – EXTINÇÃO----------
---------- 3.8 - PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE AROUCA ----------
---------- 3.9 - INFORMAÇÃO DA SRA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO----------

---------- **1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES: ----------**

---------- No período de intervenção dos senhores munícipes interveio o senhor **Manuel Hortas** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção referindo que no ano 2000 foi feito um acordo para a construção da estrada em Valdasna, entre a Câmara e os proprietários do terreno, e que com a alteração do presente plano diretor municipal, uma área, que sempre foi área de construção, nesta revisão passa a área florestal. E que há uma série de pontos desse acordo, que foi feito em 2000, que consta em documentação, e foi aprovado em reunião de Câmara, e que há vários pontos que não estão a ser cumpridos, nomeadamente que ficou combinado que o terreno nunca ficaria com uma elevação superior a 3,70m e que isso não se verifica. O desnível chega a ter 8,00m e que a área ocupada, foi uma área superior. Ou seja, continuou, há uma série de condicionantes, que até hoje nunca foram colocados em causa, porque sempre tiveram a expectativa de mais tarde ou mais cedo ali construírem, ou eventualmente vender para construção e que agora se veêm confrontados com uma situação que não previram e que o município faz tábua rasa de um acordo que fizeram. ----------

---------- De seguida passou a palavra para a senhora **Teresa Cristina**, que o acompanhava, que referiu que os seus pais fizeram um acordo escrito com a Câmara à data da abertura da variante de Valdasna, cedendo gratuitamente ao município, uma faixa de terreno que intercepta um prédio da propriedade deles para a construção da variante. O município, propôs uma expropriação, mas essa expropriação não ocorreu porque firmou-se esse acordo que foi aprovado pelo executivo por unanimidade. Continuou referindo que o acordo tem vários itens a ser respeitados e que todo o terreno, à data, no PDM era de construção e assim se manteve, que mais tarde passou para construção programada, mas sempre foi de construção e na altura que foi construída a variante, nem sequer a

variante tinha saneamento, a variante não tinha água, a variante não tinha rede de telecomunicações e que em 2023 as Águas de Portugal instalaram saneamento, instalaram águas, vieram instalar telecomunicações na estrada e agora o prédio que está rodeado de casas e que vai ter um loteamento atrás, passa a zona florestal. Questiona porque aconteceu aquilo? E que nem para zona florestal vai dar, porque, apesar de ter cerca de 9000 m², terá construções atrás, construções à direita, construções à esquerda e a estrada em frente, também com construções e que não entende porque é que passa a zona florestal quando não existe ali condicionante nenhuma para aquele terreno. E que, pelo contrário, tem as infraestruturas todas instaladas em 2023 e agora passa a florestal. De seguida leu o acordo entre os proprietários e a Câmara Municipal. E concluiu a intervenção dizendo que foi dado muito terreno para construção da estrada e que não foram salvaguardadas várias alíneas do acordo. E que com a mudança do PDM fica tudo em incumprimento por parte da autarquia. ----------

---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, que depois de cumprimentar todos referiu que se trata efetivamente de um acordo celebrado no dia um de fevereiro do ano de 2000, tendo sido feita agora uma exposição por escrito em 12/12/2024, a qual esta está a ser analisada pelos serviços jurídicos e em devido tempo terão uma resposta por escrito, pedindo para aguardarem. -------

---------- De seguida, interveio o senhor **Fernando Correia** que, depois de cumprimentar todos, referiu que uma das suas intervenções anteriores nesta Assembleia prendeu-se com as infraestruturas do Passadiço do Paiva e com uma empresa que assegura a manutenção e a segurança e em que existem 2 viaturas ao serviço de uma empresa privada paga pelo município. Referiu ainda que teve acesso ao caderno de encargos e que nada era referido sobre as mesmas. Questionou se é legal ou não o município disponibilizar 2 viaturas a uma empresa privada. ----------

---------- De seguida referiu as atividades de todo-terreno praticadas em locais onde não deveriam ser praticadas, nomeadamente em ribeiros e caminhos que são percursos pedestres e que acha que devem ter mais cuidado, quem o pratica devia ser mais consciente e ver o que está a degradar. Que deveria haver um regulamento, para este tipo de atividades e locais apropriados para a sua prática, porque existem vários ribeiros já completamente destruídos por esta prática desportiva. ----------

---------- Referiu de seguida a problemática dos incêndios questionando o que o município pretende fazer para diminuir o risco de incêndio e a probabilidade de chegar cada vez mais próximo das áreas edificadas e das aldeias. Que tipo de ações de sensibilização têm feito? E, também, o pós-incêndio? Porque não sensibilizar as pessoas depois dos incêndios para optarem por outro tipo de espécies sem ser o eucalipto? ----------

---------- Na tentativa de fazer o reordenamento da paisagem para criar uma maior diversificação da mesma, como é que o município está a articular com a DGT e com a empresa que está a fazer o programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das serras da Freita, Arada e Baixo Paiva? O programa já está em elaboração? Como é que está seu processo participativo e o processo colaborativo com os próprios munícipes e com as próprias juntas de freguesia? ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que sobre a questão do procedimento e o concurso dos Passadiços do Paiva, está certa de que está a ser cumprida e que se há viaturas afetas ao serviço é porque estão a criar as condições para que este seja realizado, nos termos em que assim o pretendem. De seguida referiu que sobre a preservação dos ecossistemas da biodiversidade é, também, a sua preocupação e que há regras na legislação, a nível nacional e que não permite a qualquer pessoa fazer aquilo que pretende nestas zonas que de alguma forma são protegidas e que até podem reforçar com o regulamento, mas não é um regulamento que impede as pessoas de realmente danificarem estes espaços, pelo que tem que se apostar realmente na sensibilização, porque o município não aprova este tipo provas de circuitos off road. Quanto aos incêndios, referiu que no âmbito dos serviços municipais de proteção civil, muito têm feito. E que para além da gestão de risco e planeamento de emergência onde trabalham os planos necessários para os cenários de crise, têm feito simulacros e simulacros com um contexto até bastante real para pôr em prática aquilo que são os planos. Referiu que outra das áreas funcionais é a educação, a informação e a sensibilização pública, dando nota que, para além de terem feito um conjunto de ações educativas para os mais novos, têm trabalhado com a Comunidade em geral. Sobre o plano de gestão de paisagem, informou que esta é da responsabilidade da Direção-Geral do Território, que, por sua vez, contratou a empresa GeoAtributo e acrescentou que o município tem promovido no âmbito deste projeto, a participação, o acompanhamento e a divulgação, tendo havido inclusive uma reunião em Arouca. Finalizou referindo que é um plano que irá acompanhar muito de perto e procurar, juntamente com a Direção Geral do Território e a empresa, colaborar nas dinâmicas que forem necessárias de envolvimento de toda uma comunidade. ----------

---------- De seguida, interveio a senhora **Carmo Ferreira** que, depois de cumprimentar todos, referiu que o que a traz a esta Assembleia já não é de todo desconhecido, mas simplesmente fazer um esclarecimento e uma separação entre a Escola de Bacelo e o Museu que pretendem. De seguida referiu que em abril o povo de Tropeço apresentou um abaixo-assinado à Câmara contra a requalificação da escola do Bacelo, em construção para depois ser alugada e que sempre que questionavam o executivo, a senhora Presidente tenta colar o assunto da escola do Bacelo ao Museu e

que são assuntos diferentes, o museu é o museu, a escola de Bacelo é a escola de Bacelo. E que o abaixo-assinado era para que o espaço da escola do Bacelo fosse cedido à Comunidade, que não tem nenhum espaço comunitário, como existe noutras freguesias e que o que quer separar é em relação ao grupo que encabeçou o abaixo-assinado e que as reuniões que foram solicitadas à Câmara, que não foram relativas ao abaixo-assinado, mas sim sempre frisando o Museu. E o que pretende saber da senhora Presidente é para quando essa reunião com o grupo que encabeçou o abaixo assinado? -------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que a Presidente respondeu ao abaixo-assinado. Que tiveram uma resposta ao abaixo-assinado e que as pessoas têm sido as mesmas. E que estamos a falar na mesma de Tropeço, a falar da escola e estamos a falar da mesma pretensão. E, continuou, que aquilo que tem referido é que têm uma escola entregue à Comunidade, que é a escola de São João, na qual vai ser feito o reforço do espaço exterior. Referiu ainda que está agendada uma visita ao museu do Linho, bem como está agendada reunião para se perceber o espólio que temos e ver-se a possibilidade de concretizar aquilo que é ambição da Junta de Freguesia. Referiu ainda que esteve antes do Natal com a dona Carmo numa dinâmica, no edifício da Junta de Freguesia, que tem excelentes espaços disponíveis para as ações da Comunidade e, portanto, não é verdade que não haja espaços porque a Junta de Freguesia tem vários espaços disponíveis, que estão cedidos à Comunidade. ----------

---------- De seguida, interveio a senhora **Generosa** que, depois de cumprimentar todos, referiu que veio fazer uma retrospetiva do ano e que é uma mágoa tirarem as crianças de Tropeço para irem para outras escolas. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que têm procurado envolver a comunidade de Tropeço numa dinâmica cultural, porque é extremamente importante até para retirar as pessoas de algum isolamento e garantir que realmente estão em espaços com condições dignas. Referiu, relativamente ao espólio que dizem que existe, podem analisar o que é que podem efetivamente fazer. Já sobre a escola que foi fechada em Tropeço, recordou que esta foi fechada no período do governo do Dr. Pedro Passos Coelho e, portanto, era o Ministro Nuno Crato e que na altura a comunidade e o senhor Presidente da Junta na altura apresentou uma providência cautelar para que a escola não fosse fechada e o tribunal administrativo não deu razão. Sublinhou que o município nunca aceitou o fecho desta escola, tendo sempre lutado ao lado da Comunidade e da Junta de Freguesia contra o fecho desta escola. ----------

---------- De seguida, interveio o senhor **Nelson Pinho** que, depois de cumprimentar todos convidou a Senhora Presidente da Câmara a ir ver a sinalização da Ecovia do Arda, na entrada da Ribeira. ---- ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que, infelizmente, a empresa que foi contratada para fazer a manutenção da Ecovia do Arda não está a cumprir com o contrato e, portanto, vão rescindir o mesmo e lançar um novo procedimento. Sobre a sinalização específica, informou que o senhor Vereador já tomou a devida nota e vai verificar o que é que se passa. ----------

---------- De seguida, interveio o senhor **Manuel Artur Miler** que, depois de cumprimentar todos questionou o porquê de não ter sido contemplado, a propósito do Parque da Saúde, o Parque da Unidade de Saúde de Escariz. Que não percebe como é que aqui em Arouca expropriam um terreno para um Parque da Saúde novo, com fundos europeus e Escariz, onde a Câmara tem terreno próprio para ampliar uma unidade que carece de ampliação, mais espaço para arquivo, não há espaço para sala de reuniões, não há espaço para consultórios para que os internos possam exercer a sua atividade e, portanto, acha lamentável. E que aquela unidade de saúde serve 1/3 da população de Arouca e é de todo necessário que a Câmara Municipal invista naquele sítio ali à volta. E que, inclusivamente, foi solicitada a remoção de uma calçada de passeio que existe à volta da unidade de saúde e nem isso foi contemplado. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que para além do Parque de Saúde de Arouca, vão fazer também a intervenção na Unidade de Saúde de Chave e que só não está concluído porque não conseguiram arranjar empreiteiro. A Unidade de Saúde de Escariz não foi contemplada por financiamento, mas que terão de desenvolver o projeto para garantir que no futuro será feito, uma vez que dispõem de terreno na envolvente que permite a ampliação. - ----------

---------- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Rui Vilar**, membro da Assembleia Municipal, que referiu que a senhora Presidente da Câmara, face àquilo que aqui disse em resposta às pessoas de Tropeço, sendo que o Partido Socialista governa em Arouca há cerca de 26 ou 27 anos, governou nos últimos 8 anos no país, mas que pelos vistos a culpa, segundo a senhora Presidente, do encerramento da escola de Tropeço foi do PSD, e não da Câmara Municipal. E porque é que o PSD não encerrou a escola de Moldes, porque Moldes tinha menos de metade dos alunos que tinha a escola de Tropeço e que na altura a Câmara Municipal e o Ministro da Educação não encerraram a escola de Moldes e a carta educativa do Partido Socialista não entrou na

escola de Moldes, mas encerrou a de Tropeço? Foi o Governo PSD também que não encerrou a escola de Moldes ou aí já foi a Câmara Municipal que o conseguiu não fazer?----------

---------- De seguida referiu uma pessoa que tendo incapacidade de locomoção tem dificuldade em se deslocar aos serviços da Câmara Municipal mais concretamente às assembleias municipais. E que é a quarta vez que aqui veio pedir esclarecimentos sobre isso e que a senhora Presidente na última Assembleia, enviou uma resposta a esclarecimentos pedidos com a qual enviou um documento onde atesta a legalidade do equipamento, nomeadamente a plataforma elevatória para o cidadão conseguir deslocar-se até ao 1.º piso. E que sobre isso referiu que a Câmara tem conhecimento que a rampa de acesso lateral não cumpre as normas, que tem esse conhecimento há vários anos e perguntou quando é que vai resolver definitivamente essa questão? Referiu, também, que os documentos que enviou aos membros da Assembleia Municipal atestando a legalidade desta plataforma elevatória foram uns e os que enviou à IGF foram outros e perguntou porque é que enviou documentos diferentes, uns para os membros da Assembleia Municipal e outros documentos para a IGF, quando questionada pela Inspeção Geral das Finanças, que também, segundo informação que recolheram, esta plataforma elevatória não cumpre os requisitos legais para poder transportar uma pessoa com incapacidade. ----

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que, sobre o acesso ao edifício de pessoas com incapacidade de locomoção, referiu que que têm vindo a fazer adaptações ao edifício, mas nada impede um cidadão de subir ao piso superior, porque existe a plataforma que dispõe de uma declaração de conformidade a qual foi enviada para a Assembleia porque foi dito que não estava conforme. Continuou dizendo que este equipamento é o equipamento para permitir as pessoas subir ao primeiro piso e, portanto, não há nada que impeça este acesso. De seguida propôs ao senhor Presidente da Assembleia para agendar as reuniões da Assembleia para outro local, como já fizeram, por exemplo, na Loja Interativa de Turismo. ----------

---------- O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que é verdade que o Presidente da Assembleia convoca as reuniões, mas não é o Presidente da Assembleia que gere as instalações e nessa medida, o Presidente da Assembleia só convoca as assembleias municipais para espaços que estejam disponíveis. ----------

---------- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra novamente ao senhor **Rui Vilar** que referiu que não foram respondidas as questões da escola de Moldes, se aí também tinha sido culpa do Governo do PSD e a de Tropeço ter fechado. E que também perguntou, porque é que enviou documentos diferentes para uma e para outra entidade sobre a documentação da plataforma elevatória? E também o porquê da rampa ainda não estar em condições, uma vez que a

Câmara já tem conhecimento, desde 2021. Quanto à sugestão que deu referiu que devemos ter cuidado em fazer uma Assembleia Municipal na Loja Interativa de Turismo, porque o mesmo cidadão tentou nos últimos dias, em algumas vezes, deslocar-se à mesma, onde decorre um sorteio sobre o comércio local e o elevador encontrava-se avariado em alguns desses momentos. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu de novo a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que, sobre o facto de o elevador da LIT se encontrar avariado, reiterou que a LIT está acessível, sendo que, todavia, contratempos podem acontecer. ----------

---------- **2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

---------- **2.1 – ATAS – APROVAÇÃO:** ----------

---------- O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que na ata 5/2024, reunião extraordinária, o senhor Luís Almeida fez um pedido, por email, de alteração da mesma, solicitando, e foi feito, a retirada da falta e colocado ter-se ausentado a meio da reunião e, também refere no email, que também pediu a palavra para intervir, tendo-lhe sido dito que teríamos de fazer a votação à hora marcada. Foram, portanto, estas alterações que se fizeram na ata. ----------

---------- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **Luís Almeida,** que referiu que a sua questão se prende com a situação, não da falta, mas de ter estado presente até ao ponto 2 da sessão e ter pedido a palavra para intervir nesse ponto. Continuou referindo que não concordou desde o início que se fosse votar, seja o que for, sejam nomes de pessoas, sejam votações individuais, seja outra questão qualquer, sem haver uma discussão prévia e que não foi dada essa hipótese porque disseram que tinha que ser àquela hora impreterivelmente, e questionou se a Assembleia Municipal não é um órgão autónomo ou se está ao serviço dos Presidentes de Câmara da Área Metropolitana do Porto? Continuou referindo que no ponto 2 na ata que recebeu, verificou que houve intervenções de deputados municipais no ponto 1 em que intervieram os munícipes e ocuparam o tempo todo de intervenção e depois passou-se ao ponto 2 e no ponto 2 procedeu-se à votação e nessa fase pediu a palavra para tentar saber se podia intervir ou não e não lhe foi dada a palavra e assim tomou a iniciativa de abandonar a Assembleia. Referiu ainda que depois verificou que houve intervenções à posteriori dos demais elementos, neste caso eleitos pela coligação e perguntou como é que isto foi gerido ou como é que isto foi possível? E que se não for dito ou se não for explicado o porquê, irá votar contra esta ata. ----------

---------- O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que as intervenções que se seguiram à votação, seguiram o que é normal e que se o senhor Luís Almeida tivesse esperado na reunião e não se tivesse ausentado, também teria tido a possibilidade de falar como tiveram os outros. E que não

estamos ao serviço da Área Metropolitana, estamos ao serviço da lei, da legalidade e o artigo 74 do regime jurídico das autarquias locais é claro. E que diz que a votação tem que ser àquela hora e naquele dia em todo o lado e que a Mesa se limitou a cumprir com aquilo que está estabelecido na lei. Que nunca foi negada aqui a palavra a ninguém, mas que às 21:00h teria que iniciar a votação, hora a que queria iniciar a intervenção. Portanto não foi negada a palavra ao senhor Luís Almeida, o que foi dito foi que às 21:00h tínhamos que interromper os trabalhos para fazer a votação e é normal e já não é a primeira vez que isto acontece. Isso decorre da lei nos termos do artigo 74, do regime jurídico das autarquias locais em que a votação decorre em simultâneo em todas as Assembleias Municipais e realiza-se por sufrágio secreto, sob pena de nulidade. ----------

---------- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra, novamente, ao senhor **Luís Almeida** que propôs para numa próxima vez começar a Assembleia Municipal mais cedo para poder intervir quem quer intervir antes do ponto de votação e não colocar meia hora de intervenção dos munícipes e logo de seguida a votação, porque isso é limitar as pessoas de expressar a sua livre opinião e a sua capacidade de intervenção. ----------

---------- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor **José Luís Fevereiro**, **Presidente da Junta de Freguesia de Chave** que referiu que se perde muito tempo em coisas que não se deve perder, embora concordando com o que o senhor Luís Almeida disse, que tinha que haver um tempo de discussão antes da votação, podia ser suspenso o período de intervenção do Público, porque é importante discutir-se antes de se votar, mas também acha que não tem lógica nenhuma estar em discussão, que a Ata era votada e votava contra se entendesse e fazia declaração de voto. ------- ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa pôs a ata número 4/2024 à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa pôs a ata número 5/2024 à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por maioria com quatro abstenções. ----------

---------- **2.2 CORRESPONDÊNCIA:** ----------

---------- O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que a correspondência foi enviada para todos, via email, conforme é habitual mas que há aqui um pedido feito pelo senhor Luís Almeida na sexta-feira passada perto das 20:00h e que chegou às suas mãos hoje e que, portanto, relativamente a este ponto, o senhor Luís Almeida teceu um conjunto de considerações relativamente à agenda que é muito extensa e que se vão discutir assuntos de enorme complexidade e que sugere que seja retirado da ordem de trabalhos o ponto sobre o PDM. O senhor Presidente da Assembleia referiu que não vê

um enquadramento legal para que isso possa acontecer de maneira que não será alterada a ordem de trabalhos para retirar esse ponto. Continuou referindo que é verdade que é um assunto de enorme complexidade, que é verdade também que é um assunto que se refletirá na vida de todos os cidadãos e que este foi um dos documentos, tal como o orçamento, que foi enviado até com alguma antecedência. Mas que este pedido não vai poder ser atendido hoje porque não se vai poder retirar da ordem de trabalhos, até porque por imposição legal, há aqui determinadas condicionantes que se colocam sobre este assunto que vamos ter que discutir e vamos ter que deliberar, aprovando ou não, e também está aqui o nosso poder de discuti-lo aqui e aprovar ou não aprovar. ----------

---------- **2.3 DIVERSOS:** ----------

---------- Interveio o senhor **Óscar Brandão**, que depois de cumprimentar todos os presentes interveio sobre a taxa de participação no IRS, recordando que os vereadores do PSD apresentaram, na reunião do passado dia 31, uma proposta que defendia que a taxa de participação fosse fixada em 2%, devolvendo assim aos munícipes os restantes 3%. Os vereadores defenderam, nessa reunião, que esta medida demonstra sensibilidade social e responsabilidade fiscal. ----------

---------- De seguida, referiu o apoio à agricultura, considerando que é importante falar um pouco sobre este tema, uma vez que, na sua opinião, o que tem sido feito por esta Câmara neste domínio é pouco. Referiu que a face mais visível desse apoio são os cheques, garrafais no tamanho, mas não no valor.-------- ----------

---------- Recordou que, há um ano, foi aprovado um regulamento de atribuição de incentivos à produção da agricultura biológica, relativamente ao qual, na altura, tiveram muitas reservas. Contudo, passado um ano, considerava oportuno que a senhora Presidente partilhasse alguns dos resultados como resultado da implementação desse regulamento.----------

---------- Referiu, ainda, que no dia 29/12/2020, numa sessão que decorreu na Loja Interativa, falou sobre regadios e a sua importância. Nessa ocasião, a senhora Presidente reconheceu essa importância e afirmou que tudo o que o município pudesse fazer, faria. Assim, questionou o que foi feito até ao momento. ----------

---------- Sublinhou a importância de modernizar os sistemas para reduzir desperdícios, num contexto de recursos hídricos estão sob pressão, bem como a necessidade de melhorar a capacidade de distribuição da água. Destacou, ainda, a relevância de melhorar o rendimento dos agricultores, criando mais-valias nas culturas, capaz de promover regadios mais eficientes para atingir metas ambientais e de corresponder às estratégias europeias, nomeadamente no âmbito da PAC.----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, começou por dizer que relativamente à questão do IRS, a verba afeta são cerca de 700000 EUR, que é uma verba fundamental para dar corpo ao orçamento do município, mas que é importante também referir que este valor é depois traduzido em investimento, em ações, iniciativas para aqueles que mais necessitam e os mais desprotegidos. Lembrou que só paga ou só recebe IRS quem efetivamente paga IRS e que têm os restantes impostos no mínimo, nomeadamente o IMI, considerando que esta é uma receita que é fundamental para o Município. Quanto às questões da agricultura, referiu que é sempre bom lembrar aos senhores membros que há competências que são do Governo, e outras que são do município. Relativamente à agricultura, referiu que não tem a menor dúvida que o Município tem feito aquilo que lhe compete para promover o desenvolvimento rural e que a agricultura, os produtores de gado arouquês são fundamentais porque tratam da nossa paisagem, ou seja, são os fazedores de paisagem e por isso é que temos apoiado várias iniciativas, temos atribuído apoios aos produtores de gado arouquês, estando tal também espelhado no orçamento que vamos apresentar este ano. Vamos, também, preparar o regulamento para o gado caprino e o gado bovino de montanha. Sobre o regulamento de apoio à agricultura biológica referiu que são 4 produtores a ser apoiados atualmente e os pequenos produtores que têm formas de escoar os seus produtos, através do Arouca Agrícola, das feirinhas e, portanto, têm procurado dar resposta àquilo que são as necessidades dentro daquilo que são as suas competências. Sobre o regadio, lembrou do mapeamento que foi feito na altura para o Norte2020, não tendo a certeza se alguma candidatura prosseguiu, e continuou a referir que o município fará aquilo que for possível fazer e sensibilizando as entidades para garantir financiamento para o mesmo. ----------

---------- Interveio de seguida a senhora **Fátima Pinho**, que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida questionou a senhora Presidente da Câmara sobre o estado de situação no que concerne à candidatura a fundos europeus relativamente às obras e ao projeto de execução de remodelação e ampliação da Escola Básica e Secundária de Escariz. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, respondeu que o projeto da Escola Básica e Secundária de Escariz está a ser revisto. Que é um projeto que efetivamente atrasou, porque tinham pretensão que o projeto fosse candidatado no âmbito do PRR, não é possível e, portanto, será integrado num outro financiamento no âmbito do Norte 2030 ou numa linha de financiamento destas infraestruturas. ----------

---------- A senhora **Fátima Pinho** voltou a pedir a palavra e pergunta: 1.ª questão: se o financiamento não foi possível no âmbito do PRR, porque é que não foi possível? Segunda questão: se está a ser revisto, porque é que está a ser revisto se já estava efetivamente terminado e já existia um projeto de execução? Porque é que agora está a ser revisto? Em que termos é que está a ser revisto, se em montantes, se em linhas de execução propriamente ditas e depois perceber, então se será uma outra candidatura, nomeadamente ao Norte 2030, para quando é que está a prever esta candidatura e, com que atraso é que podemos contar relativamente a este projeto? ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que tiveram azar com a empresa projetista, porque lançando concurso público aparecem todo o tipo de empresas. Reiterou que é um projeto complexo, com muitas especialidades, que está a ser revisto, pese embora haja uma lei que isenta esta revisão. Acrescentou que os projetos que se candidataram ao primeiro aviso e que não tiveram financiamento, irão ser contemplados, com o Norte2030 ou com linha de financiamento e que este projeto será um dos projetos que irão avançar com o financiamento numa ou noutra vertente.

---------- Interveio de seguida o senhor **Artur Miler**, que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida referiu que no passado dia 23 de dezembro foi anunciado, inclusivamente na comunicação social, que foi publicado em Diário da República, o anúncio do lançamento do concurso público para a empreitada do Parque da Saúde de Arouca, para a construção de um novo edifício que vai albergar as 2 unidades de saúde familiar USF Arouca e o USF Novo Norte. Continuou que a empreitada, cujo projeto foi primeiramente apresentado publicamente a 30 de agosto, no âmbito das designadas comemorações do 25º aniversário do Centro de Saúde de Arouca. Referiu ainda que é público que se manifestou bem cedo em opinião publicada e aqui nesta mesma Câmara, da necessidade de um novo Centro de Saúde e de forma que pudesse dotar os concidadãos de um verdadeiro parque da saúde. Sucede que este novo edifício se encontra longe daquilo que poderia ser uma oportunidade de a Câmara Municipal de Arouca promover uma verdadeira discussão pública sobre este passo tão importante que poderia ser dado, discutindo todas as possibilidades de forma a poder salvaguardar os interesses dos Arouquenses. Salientou que os autarcas eleitos cuja participação deve ser incentivada e que recebem variadíssima informação sobre variados eventos no Concelho, no que se refere a esta apresentação do dia 30 de agosto, que pareceu importante que seria dada a conhecer e promover aquilo que era evento em que todos os autarcas participassem, nem uma informação. Continuou referindo que a sensação que tem enquanto autarca, é que existem eventos em que o Executivo do Partido Socialista tem interesse em que todos os autarcas estejam presentes e outros, como este que está a referir, já não existe esse interesse, apesar de haver a presença do senhor

Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde e de ter feito uma apresentação pública desse projeto, não houve interesse em que houvesse maior participação de outros autarcas e que pode-se fazer uma comparação, porque para a inauguração das obras de requalificação do Pólo Escolar de Mansores, a 10 de setembro, a equipa de comunicação do município, fez questão de ligar para confirmar a presença, mas sobre este evento nada. Continuou referindo que acha que a senhora Presidente não queria discutir este assunto, mas que é um assunto bastante relevante e importante, que é um projeto de todos, que vai vigorar durante muitos anos. De seguida questionou que com a saída das 2 USF do edifício onde agora estão a funcionar, mantendo-se o serviço de urgência básica, presume que se vai manter o consultório dentário, afinal, existe dinheiro do município que foi lá investido, que mais valências irão permanecer no edifício? É que o espaço que fica disponível, a delegação de competências passa para a Câmara, o que é que pretende fazer com o espaço disponível? Não podendo esquecer que temos também aquilo a que se refere os cuidados na comunidade e temos também associações muito importantes que fazem um trabalho notável neste Concelho, que devem ser consideradas e que esse passo deve ser prioritário, como por exemplo a Associação dos Doentes Oncológicos de Arouca. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que o projeto do Parque de Saúde de Arouca foi desenvolvido no âmbito daquilo que foram as diretrizes, as imposições da ARS Norte e que, portanto, teve um envolvimento muito forte do diretor do ARS Norte e das suas equipas, que impuseram muitas condicionantes e reiterou que foi aquela entidade que definiu aquilo que eram as regras e que, portanto, foi baseado segundo as suas orientações e com a sua validação. Acrescentou que nenhum projeto na área da saúde prossegue sem a validação ou a aprovação, na altura da ARS Norte. Deu nota também que houve um envolvimento grande, na altura do ACES Feira-Arouca, das diferentes equipas. Sublinhou que é um projeto complexo com muitos avanços e recuos, fruto de indefinições por parte da ARS Norte. Quando estabilizou o projeto, foi feito uma apresentação, no âmbito das comemorações do edifício atual do Centro de Saúde de Arouca para as diferentes equipas da área da saúde. Dado o espaço ser exíguo, limitou-se a apresentação àqueles que têm competências na área da saúde. Continuou referindo que no atual edifício foi renovado o seu raio X, também vai ter painéis solares e vai continuar com os serviços de cuidados à Comunidade, bem como a urgência básica, a Teleconsulta de cardiologia, o apoio às grávidas, portanto, que vão ter espaços, vão ter espaços de acolhimento, vão ter espaços para poder dinamizar aquilo que são os cuidados e os serviços prestados a esta Comunidade. O edifício é já do município, no âmbito da descentralização de competências, já está na posse do município. ----------

---------- O senhor **Artur Miler** voltou a pedir a palavra e questionou que então o convite aos autarcas e a todos os membros da Assembleia Municipal não foi efetuado, não foi feita divulgação, porque ela não foi realizada. Ou seja, continuou, se diz que são feitos convites para todos os eventos neste caso específico, não foi. Decidiram remeter apenas e só um convite para o senhor Presidente da Assembleia Municipal e depois foi apresentado o projeto, relativamente ao novo edifício, independentemente das considerações que foram agora feitas e esclarecidas, mas a senhora Presidente e o Executivo do Partido Socialista, deliberadamente neste evento específico, contou com a participação, inclusivamente o senhor Diretor Executivo resolveu fazer as comemorações do 25º aniversário do Centro de Saúde de Arouca e resolveu apresentar o projeto do novo Centro de Saúde, que ainda não ficou a conhecer, mas pelos vistos outras pessoas ficaram a conhecer, mas decidiu dispensar os autarcas eleitos de conhecê-lo e é isso que depreendo, porque resolveu fazer a cerimonia no local muito pequeno, para outros. Continuou referindo que acha que é importante referir esta comemoração do 25º aniversário do Centro de Saúde e que acha que deveria ser mais digna, porque, este foi um edifício muito marcante naquela altura, e acha que relembrassem de convidar figuras tão importantes que mereciam inclusivamente a presença do Diretor Executivo do SNS, como o anterior Presidente da Câmara, na altura, Dr. Armando Zola. Foi convidado? Porque não o Diretor do Centro de Saúde da altura, que tanto empenho também teve na construção daquele centro de saúde, não mereciam? E tantas e tantas personalidades de Arouca que trabalharam naquele edifício, que trabalharam para Arouca, para os Arouquense e a senhora Presidente quis fazer uma cerimónia reservada para outros. Quer esconder a história do edifício? Quer descurar o trabalho de tantas e tantas pessoas? Não acha que merecia uma cerimónia digna, em 25 anos? Mas com isso não, quer antes orientar as atenções para o seu novo projeto. Quer dar o seu cunho? Parece que não quer falar muito, porque há aqui umas limitações e o que importa é que ande para a frente. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que este projeto foi apresentado em reunião de Câmara, e que depois foram convidadas as pessoas que estiveram ligadas, nomeadamente o Dr. Dias Costa, que esteve, e o Dr. Zola também foi convidado.----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Luís Almeida**, que questionou em relação a um concurso para uma vaga de psicólogo, que sendo o concurso com prova escrita de desenvolvimento, foi alguma equipa externa que fez essa correção das referidas provas ou foi o júri que fez? E o júri do concurso tinha habilitações para fazer essas correções? Tinha algum psicólogo na equipa do júri? De seguida referiu a situação das estradas para Arouca e que sobre a questão da variante, que havia uma oportunidade de se concretizar esse assunto o mais breve possível com este Governo e com a

aprovação do Orçamento de Estado. E referiu que gostou do artigo no jornal, da Presidente da Câmara, sobre a questão das estradas em relação ao Governo que está atualmente, a fazer o pedido e muito bem, a reivindicar sobre as estradas, mas que a Presidente se lembrou de escrever esse artigo só agora e que tem participado nas reuniões da Área Metropolitana do Porto, Conselho Metropolitano e vê notícias quase diárias de investimentos rodoviários e ferroviários para os outros concelhos da Área Metropolitana e aprovado com o voto da Presidente e para Arouca nada. Questionou a senhora Presidente da Câmara porque é que não usa o seu voto, para exigir investimento para Arouca?---------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que não sabe quem fez a correção da prova, mas irá solicitar aos serviços que verifiquem. Que não é o júri do concurso que faz, mas que irá solicitar aos serviços e ao júri do concurso para que indique quem fez a avaliação deste teste psicológico ou entrevista no âmbito deste concurso para um psicólogo. De seguida referiu que o município tem vias externas e vias internas e que sobre as internas, o município tem feito pavimentações. Sobre a variante referiu que desde o dia em que se inaugurou o segundo troço da variante, que afirmou e reiterou a necessidade da conclusão da mesma e que não mais descansou até hoje, mesmo com a mudança do Governo. E que para além de ter reunido com os dois Ministros, da Coesão e o das Infraestruturas, tem havido o envio de ofícios para perceber o ponto da situação. O mesmo com a EN224 e ligação à variante, e que, aliás, para a variante de Carregosa está a ser desenvolvido o projeto e que o Ministro Castro Almeida lhe tinha dito que estava nas suas prioridades e que efetivamente poderemos ter aqui algumas novidades em Janeiro ou em Fevereiro e, portanto, a sua preocupação neste momento é que o projeto esteja a ser revisto no âmbito das Infraestruturas de Portugal, porque sem essa revisão de projeto, não pode dar seguimento. E que apesar da mudança do Governo, logo na primeira hora, tem insistido e tem persistido naquilo que é fundamental para garantir esta conclusão. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Pedro Bastos** que começou por cumprimentar todos os presentes, e de seguida referiu que está nesta Assembleia desde dezembro de 2021 e ao longo dos anos e das diversas intervenções que fez, levantou várias questões, fez alertas e apresentou sugestões e que chegou o momento de rever as várias intervenções, avaliar o impacto das mesmas e perceber o que realmente teve efeito, o que foi resolvido e o que ainda continua por resolver. De seguida enumera alguns, como WC no centro urbano após vários anos e vários alertas, constatou que o WC do parque continua a funcionar apenas de acordo com horários de funcionamento do estabelecimento, o WC do edifício da Adrimag continua sem sinalização de WC masculino, nem para deficientes e o equipamento adequado para pessoas com deficiências encontra-se bastante danificado. No entanto,

houve algumas melhorias como a abertura dos WC para deficientes no parque de pesados, na central de camionagem, contudo os restantes problemas relacionados com a falta de identificação, estado de conservação dos equipamentos mantêm-se inalterados, assim como a ausência de sinalização urbana adequada que encaminhe as pessoas até esses equipamentos. Recorda que no dia 28/04/2022 a senhora Presidente lhe respondeu que foram feitos os levantamentos das necessidades e os mesmos não cabiam numa requisição simples pelo que estava em curso um procedimento para garantir que a intervenção e requalificação permitisse que fossem realizadas. E que curiosamente o procedimento deve ser tão complexo que ao fim destes anos todos nada saiu da intenção. De seguida referiu que a 28/04/2022 referindo-se aos WC da ponte do lado de Alvarenga, WC da Espiunca e os balneários de Rio de Frades, e que na altura apresentou várias soluções para minimizar e ou solucionar os problemas e que em resposta lhe foi comunicado que os projetos de alguns destes equipamentos estavam a ser executados, mas, contudo, volvidos aproximadamente 2 anos e meio, verifica que nada foi concretizado. A dificuldade persiste afetando tanto os usuários da Ponte, como os praticantes de rafting e canyoning. De seguida referiu o Parque de Campismo que apesar dos alertas que fizeram nesta Assembleia nas datas de 28/02/2022, 28/02/2023, 28/04/2023 e apesar dos milhares de euros já investidos, as obras realizadas não respeitaram a ordem de prioridade que deve ser começar pelo telhado e que se continua com um Parque de Campismo sem condições, ao fim de se gastar lá um punhado de milhões de euros para a abertura ao Público, uma vez que as instalações principais permanecem com o telhado em péssimas condições, mais parecendo um crivo roto e que os alertas dados no início da obra estavam, afinal, corretos. Questionou para quando a reabertura do Parque com as condições dignas de funcionamento? Referiu de seguida os Viveiros da Granja, que os referiu a primeira vez a 28/02/2022, pois a obra encontrava-se abandonada pelo empreiteiro aproximadamente 3 anos e que a autarquia entendeu indemnizar o empreiteiro e avançar com um novo concurso para nova empreitada com um novo projeto, pois segundo a senhora Presidente, alguns meses após o início da tentativa de obra, o município chegou à conclusão que o projeto encomendado a um gabinete de projetos conceituado não servia as pretensões do município para o espaço, segundo a resposta que a senhora Presidente lhe enviou por escrito. Continuou dizendo que a 28/04/2023 questionou de novo, o que é que se passava com a nova obra, pois esta estava parada há alguns meses. E que em dezembro de 2024, passou no local e ficou na dúvida se a obra está de novo parada, se desistiram de novo do projeto, o que é que se terá passado desta vez? Pois acha que o prazo para a execução terminou e a obra pouco avançou. Questionou sobre o que é que se passa com esta obra? De seguida referiu sobre o cadastro de Minas, Poços e Nascentes e que em 24/07/2022, em virtude da problemática da

construção particular que estava a ser realizada em terrenos do município, alertou a senhora Presidente sobre o facto de a autarquia possuir muitas Minas, Poços e Nascentes e questionou também, se as águas provenientes desses recursos estavam a ser bem geridas e encaminhadas, e se existia um cadastro referente a essas Minas, Poços e Nascentes e que a resposta foi que não existia tal cadastro, mas que o assunto seria tratado e que agora, a 30 de Dezembro, volta a questionar se já foi criado o referido cadastro e se as águas provenientes dessas Fontes, Poços e Minas estão a ser devidamente geridas. De seguida referiu as regalias sociais dos bombeiros e que na reunião de Câmara de finais de 2021, o Vereador Vítor Carvalho apresentou uma proposta de alteração ao regulamento de concessão de regalias sociais aos bombeiros voluntários de Arouca, que mais tarde foi submetido a auscultação pública até 4/02/2022. Questionou sobre o assunto a 28/02/2023 e voltou a questionar a 28/06/2023 e em ambas as ocasiões foi informado que a proposta estava a ser analisada. Agora pergunta, será necessário mais meio ano para que saia algum resultado? De seguida referiu a Capela da Misericórdia que a 28/04/2024 elogiou o protocolo tripartido estabelecido com o Mosteiro e a Entidade que o tutela e sugeriu que o município tentasse algo semelhante com a Santa Casa, de forma que um dos ex-libris da Praça pudesse estar aberto pelo menos aos fins de semana. Foi feita alguma diligência neste sentido, questionou? E que em caso afirmativo, qual o motivo que impossibilitou a abertura de portas aos fins de semana? De seguida referiu o protocolo de apoio às juntas de freguesia na cedência de equipamentos municipais e que a 28/04/2023 fez referência de que seria interessante e benéfico incluir na informação da senhora Presidente sobre a atividade municipal, detalhes sobre a cedência de equipamentos às juntas de freguesia e que até ao momento essa informação ainda não foi incluída no referido documento. E que desta forma, volta a solicitar, se possível, a inclusão dessa informação para que os munícipes possam saber o que tem sido feito pelas juntas e assim compreender melhor as chamadas obras de proximidade. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que existem realmente vários WC no espaço urbano que estão acessíveis e estão a funcionar, assim como o WC de Espiunca que também tem estado a funcionar, tanto para as empresas como para a atividade diária dos Passadiços e que o de Rio de Frades ainda não foi possível. Continuou referindo que para Rio de Frades fizeram um mapa funcional, que é um projeto e que pretendem implementar com várias vertentes importantes associadas ao desporto e à cultura, mas que o concurso para desenvolvimento do projeto ficou deserto. Sobre o Parque de Campismo, referiu que foi feito um investimento, que na primeira fase foi considerado prioritário os balneários e que estão a funcionar em pleno e que, em 2025, vai avançar com a requalificação e expansão do edifício. Relativamente aos Viveiros da Granja, referiu que

desejaria que o projeto estivesse concluído, mas que com tantos projetos implementados, há sempre um ou outro que não corre de acordo com aquilo que desejaria e que, portanto, houve divergências com este empreiteiro atual e que julga que as mesmas estão resolvidas e que a obra vai retomar no início do ano. Quanto aos Bombeiros, referiu que existe um regulamento de apoio, que está a ser revisto, mas que têm apoiado no âmbito deste regulamento e que os bombeiros têm beneficiado de várias regalias. Sobre a Capela da Misericórdia referiu que a Santa Casa da Misericórdia tem feito a valorização e a disponibilização à Comunidade e a sua abertura ao Público e que, portanto, está a funcionar. Sobre as obras de proximidade, referiu que convém não confundir obras de proximidade, que são obras feitas pelo município nas freguesias e que depois há um conjunto de intervenções que as freguesias levam a cabo ao abrigo de um protocolo em que são cedidos os equipamentos que o município tem disponíveis e que quando houver oportunidade será facultada informação sobre esta cedência. -- ----------

---------- O senhor **Pedro Bastos** voltou a pedir a palavra e referiu que relativamente ás respostas dos WC a senhora Presidente não fez referência à Ponte e que não fez referência ao dito estudo que estava a ser preparado para o centro urbano já há cerca de 2 anos atrás. Referiu ainda que relativamente aos Viveiros da Granja, concorda que realmente é preciso muito azar e que o Parque de Campismo, a senhora Presidente diz que os balneários estão a funcionar, mas que tem passado no Parque de Campismo e está fechado por falta de condições para estar aberto, estando o telhado a meter água e que sobre os Bombeiros gostava que lhe dissesse neste momento, quantos bombeiros, estão nesse referido apoio que diz, quantos estão a usufruir do apoio do IMI? Sobre a Capela da Misericórdia referiu que aos fins de semana apenas abre quando alguma empresa ou algum grupo específico solicitam à Santa Casa quase por favor para abrir, mas que para o turista comum está sempre fechado.----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que não iria tecer qualquer outro comentário sobre as matérias anteriores, mas que em relação ao IMI irá solicitar aos serviços sobre o apoio aos Bombeiros Voluntários. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Rui Vilar** que referiu que viu na plataforma base.gov.pt, que foi feita uma consulta prévia para aquisição de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e especialidades para o projeto de regeneração urbana do Parque do Milénio e espaços adjacentes e questionou sobre o que se trata? Referindo que não foi à reunião de Câmara e que gostaria de saber qual é o tipo de intervenção que está prevista para este parque? De seguida fez referência à variante e que uma vez que a senhora Presidente disse que já teve reuniões com os 2 Ministros, o da Coesão

Territorial e o das Infraestruturas e Habitação, que gostaria de solicitar os memorandos dessas reuniões para perceber o que é que lá foi debatido, bem como também solicita as cópias dos ofícios que foram enviados pela Câmara Municipal de Arouca. De seguida referiu que leu no jornal local, do dia 10 de outubro, que foi aprovado o orçamento de Estado na Assembleia da República e que está prevista a consignação daquela primeira verba, ás Infraestruturas de Portugal, organismo público, que será a entidade dona da obra, no início do próximo ano, e o que pergunta é se era essa a novidade que a Presidente da Câmara tem para dar em relação à variante, porque isso é uma novidade que os arouquenses já sabem e que todos sabem. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que abriram um procedimento para avançar com o projeto da regeneração urbana do Parque Milénio e da envolvente e que deram essa designação mais alargada, que inclui um auditório, tendo sido uma empresa arouquense que ganhou este concurso e que terá que apresentar uma proposta que engloba o auditório, que engloba a urbanização, o arranjo dos espaços envolventes, estacionamento e também a habitação porque toda esta área inclui, para além do parque Milénio, também o parque de estacionamento, espaço por trás do edifício do cinema, onde está atualmente a funcionar como estacionamento. Referiu ainda que irá fazer chegar a informação que solicita relativamente à variante. ----------

---------- O senhor **Rui Vilar** voltou a pedir a palavra e referiu que sobre o Parque Milénio que, então, aquele projeto contempla um auditório municipal, e também um conjunto de apartamentos e que aliás são 2 propostas que o PSD fez para este orçamento. E que sobre o auditório já aqui se falou durante muitos anos e que finalmente foram acedidas pelo executivo. De seguida perguntou quais as empresas que foram consultadas? E se o valor de cerca de 48000 EUR para um projeto com tantas especialidades, nomeadamente um auditório municipal que carece de muitas especificidades, bem como um conjunto de um bloco de apartamentos, se acha que é um valor razoável e se podemos estar descansados para a execução desse projeto? E se já não existe algum projeto camarário feito entre portas que poderia servir como base? ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que sobre o Parque Milénio é realmente um projeto de grande dimensão e que o projetista vai ter alguma dificuldade, mas quem concorreu, concorreu para ganhar e que quer estar associado a um projeto desta dimensão. Continuou que fizeram uma consulta prévia com um valor bem superior e que foram convidadas 3 empresas e que são empresas que sabe que irão corresponder com aquilo que pretendem e que cumprem devido a experiência do passado e que terá todo o gosto de dar indicação das empresas. ----------

---------- O senhor **Rui Vilar** voltou a pedir a palavra para referir que fica contente que uma empresa de Arouca tenha ganho, mas que a sua preocupação, e que a senhora Presidente partilha, é quanto ao preço, porque acha que são projetos de grande envergadura. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Pedro Sousa** que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida parabenizou o prémio para os Passadiços do Paiva, nos prémios World Travel Awards e o prémio que o Governo atribuiu também à mesma estrutura, no Dia Mundial do Turismo, ao atribuir uma medalha de mérito ao projeto e que devemos todos estar satisfeitos com isso. De seguida referiu que quanto ao IRS e as propostas de dedução do IRS, que é sempre um tema interessante e que vem aqui genericamente e é recorrente e que ninguém, por princípio, é contra uma redução de impostos. Mas que o que acha é que neste particular, não faz muito sentido falar que a mexida nesse escalão ou não mexida neste caso, que a câmara municipal decidiu tenha a ver com falta de sensibilidade social, porque isto é sempre uma lógica de devolver dinheiro a quem mais ganha, mas que isto é um tipo de mexida que em primeiro lugar, coloca logo metade das famílias de Arouca fora deste benefício, porque é conhecido que no país, 43% das famílias não pagam IRS e que portanto, há aqui um conjunto de arouquenses que não tiram partido absolutamente nenhum desta mexida. Mas que o IMI sim, pode ser importante, onde é que a gente compra casa? Do seu ponto de vista, faz bem a Câmara Municipal manter a taxa no valor que mantém do IRS e é para que possa, com essa verba, beneficiar todos os arouquenses e não só metade. De seguida referiu a questão da variante, que todos queremos a sua conclusão e o mais breve possível, independentemente de quem esteja no Governo. Mas, referiu, é importante não nos deixarmos enganar nos quadros que trazem valores no orçamento, porque os 28000000€ que estão no orçamento já estavam em orçamentos anteriores e têm financiamento definido zero. Que é bom estar lá, mas estar lá não significa nada, que o financiamento é inexistente e que, portanto, é uma mão cheia de nada neste momento, ainda que tenha permitido arquitetar primeiras páginas e permitir comunicados, mas que na realidade não é nada em concreto. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Óscar Brandão** referindo que, em fevereiro, se assinalam 20 anos de adesão à Área Metropolitana do Porto pelo que considerou pertinente que, na reunião da Assembleia Municipal desse mês, seja incluído um ponto sobre esta adesão e o seu propósito. ---------

---------- Recordou que, em Arouca, a adesão à Área Metropolitana do Porto não foi pacífica, tendo sido um processo difícil e complexo. Por isso, defendeu que faria sentido que a Assembleia de fevereiro incluísse um ponto para refletir e fazer um balanço dos 20 anos da Área Metropolitana do Porto. ------- ----------

---------- **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- **3.1 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2025:** ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma apresentação do orçamento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Interveio de seguida, o senhor **Pedro Bastos** que referiu que estava à espera de uma explicação mais vasta daquilo que é o sumo do que vem nos gráficos e nas tabelas e que lembrou que na Carvalha Velha, freguesia de Moldes, existem várias moradias e até alguns alojamentos turísticos que não têm água pública e que a água de nascente utilizada está imprópria para consumo, como é de conhecimento da autarquia. De seguida fez referência ao PDM e que tem a ver com as UOPG, que estão previstas no regulamento e deixou algumas notas, até porque, continuou, mexe com este orçamento e não viu plasmada nenhuma rubrica. Que não viu no orçamento a capacidade financeira para serem elaboradas as referidas UOPGs, as quais incidem sobre terrenos de terceiros, respeitando todos os critérios que constam dos artigos 65 e seguintes relacionados com a parametrização e redistribuição de mais-valias fundiárias, mecanismos per-equativos da edificabilidade, das áreas de cedência e demais implicações técnicas e jurídicas que acompanham a realização das UOPGs. De seguida colocou a seguinte questão, se efetivamente existe capacidade financeira e essa disponibilidade técnica para poder acompanhar estes planos, porque no anterior não foi feito? --------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara,** referiu que não consta porque o documento ainda não está aprovado e que, portanto, estas UOPG têm que estar programadas. Que há um período temporal nalgumas situações de 5, 10 anos e terá que ter um acompanhamento e terá que ter o financiamento, seja público, privado, que está devidamente identificado, mas primeiro o documento terá que ser aprovado para poder depois serem introduzidas as alterações ao documento que forem necessárias no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Rui Vilar** que referiu que hoje discutimos e votamos documentos fundamentais para o futuro de Arouca e que deveriam projetar uma visão clara e ambiciosa para o nosso Concelho, garantindo não apenas a gestão presente ou corrente, mas também a preparação de Arouca para os desafios e oportunidades do futuro e que este não é o caso. E que falham em responder às reais necessidades da população e das freguesias de Arouca. Que este orçamento e GOP são a imagem perfeita de um executivo que, ao fim de quase 8 anos, revela um cansaço evidente sem capacidade para inovar ou planear de forma estratégica e que apesar de

reconhecer a inclusão de algumas propostas que o PSD Arouca tem vindo a defender, como auditório municipal e o complexo habitacional no centro de Arouca, mesmo assim considera que estas medidas chegam tarde e são insuficientes para colmatar os reais problemas estruturais do nosso Concelho. Questionou de seguida, onde está a estratégia para resolver os problemas da mobilidade interfreguesias que dificultam a vida diária de tantos arouquenses? Onde estão as soluções para melhorar questões fundamentais para a qualidade de vida das pessoas, como são a cobertura do saneamento básico e baixar o preço da água? Onde está a visão para a floresta? A visão para agricultura, para a cobertura de Internet, áreas essenciais para o futuro de Arouca e das suas empresas. E que em vez disso, observa um aumento descontrolado de despesas correntes, que tem vindo ano após ano a denunciar gastos em festas e autopromoção, enquanto as necessidades básicas ficam por atender. De seguida fez referência a várias obras necessárias para Arouca o que não se fez nos últimos anos e que deveriam ser prioritárias. ----------
---------- Interveio de seguida a senhora **Fátima Pinho** que referiu que se há 1 ano atrás houve um parecer favorável ao orçamento por parte do Conselho Municipal de Juventude, a verdade é que no orçamento para 2025 para o que diz respeito, o exercício não poderá logicamente ser o mesmo e que, portanto, no passado dia 9 de Dezembro, o Conselho Municipal de Juventude reuniu com o propósito de elaboração de um parecer obrigatório acerca deste orçamento, tendo sido emitido um parecer desfavorável ao orçamento municipal para 2025, como certamente é do conhecimento de todos ou pelo menos deveria ser, que teve na base desta decisão claros e objetivos fundamentos. Continuou referindo que no caso das políticas municipais de Juventude verificou, no decorrer deste mandato, dois ajustes diretos para aquisição de serviços na área da Juventude e que tais procedimentos surgiram, dada a suposta ausência de recursos próprios para o efeito. E que não questiona a aquisição dos serviços propriamente dita, mas sim os resultados obtidos e os objetivos alcançados. E que aos dias de hoje o município de Arouca investiu em recursos externos, efetuou ações, auscultação à Juventude, mas que quase no final de mais 4 anos de mandato, não se fala de qualquer estratégia para a Juventude arouquense, uma estratégia capaz de abarcar uma nova realidade para os nossos jovens. E que por tudo isso o parecer desfavorável do Conselho Municipal de Juventude afigura-se por si só como o reprovar dos destinos que estas políticas têm tomado neste município. De seguida solicitou a concretização objetiva da execução de políticas de Juventude. E questionou o que é que foi feito pelo executivo para garantir mais e melhores empregos e, sobretudo, empregos qualificados aos jovens? --
---------- Dada a palavra à **senhora Presidente da Câmara**, referiu que está focada em trabalhar, em fazer, em desenvolver e em todas as áreas. E que houve uma redução efetivamente do orçamento,

um corte, mas que a qualquer momento pode ser reforçado se assim for necessário. E que as políticas de Juventude estão espelhadas em todas as políticas do município. E que em janeiro, no próximo Conselho, vai ser apresentada a estratégia e vai ser apresentado o plano de atividades, bem como a carta educativa que está em elaboração. ----------

---------- Voltou a intervir a senhora **Fátima Pinho**, referindo que no que concerne à estratégia municipal de Juventude, nenhum conselheiro até ao momento foi informado, nem por vias formais, nem por vias menos formais, acerca da estratégia municipal de Juventude. Que foram informados acerca do plano de Atividade em janeiro, sempre foi dito que seria eventualmente marcado e outros conselheiros do Conselho Municipal de Juventude não a deixam mentir, mas que fica comprovado que a senhora Presidente efetivamente não tem números ou pelo menos não os consegue fornecer, não consegue planear e está à vista de todos que não consegue planear, muito menos a juventude em Arouca. ---- ----------

---------- Dada a palavra à **senhora Presidente da Câmara**, referiu que foram vários os laboratórios de cidadania organizados para garantir que a estratégia municipal da Juventude espelha efetivamente aquilo que a Juventude ambiciona. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Diogo Santos** que referiu que um dos principais pontos de interesse neste orçamento, nomeadamente nas grandes opções do plano, é um investimento na habitação, algo que considera crucial tanto para ele, como provavelmente para a maioria dos jovens de Arouca. Que é de extrema importância ver que a maior fatia deste orçamento está alocada à rubrica habitações e serviços coletivos, dado que adquirir habitação se torna cada vez mais desafiante a nível nacional. Que tendo em conta a qualidade das acessibilidades e infraestruturas da zona poente do nosso Concelho, a fixação e captação de pessoas pode tornar-se cada vez mais atrativa. E se conseguirmos priorizar os jovens do nosso Concelho, estaremos cada vez mais perto do sucesso e que obras como Vila Pavão ou então a Quinta do Serrado, são obras que têm vindo e vão continuar a fixar um número significativo de jovens arouquense no nosso Concelho. E que tendo em conta aquilo que tem vindo a ser feito nos últimos anos, acha que este é o caminho certo no que toca à habitação, mas que, no entanto, é importante que estes processos de aquisição de terrenos, urbanização e edificação sejam cada vez mais céleres, de forma a responder à procura atual. De seguida perguntou se é possível partilhar informações mais detalhadas sobre a localização dos terrenos previstos para aquisição, urbanização e edificação mencionados nas grandes opções do plano, para além daqueles que já se encontram em curso. De seguida referiu da inclusão no orçamento de uma verba destinada à ampliação e remodelação dos complexos desportivos de Arouca e Escariz, que é uma medida

extremamente necessária e de grande impacto para o bem-estar da nossa comunidade. Investir em infraestruturas desportivas funcionais e garantir que os nossos munícipes possam continuar a usufruir de boas condições para a prática desportiva e que é importante reconhecer e enaltecer o trabalho consistente que tem sido realizado nesta área ao longo dos últimos anos. E que considerando que diariamente centenas de pessoas frequentam os complexos desportivos, a melhoria, a evolução e o crescimento destas instalações não é apenas uma questão de qualidade, mas também de necessidade. De seguida questionou se já existem planos concretos ou cronogramas definidos para a execução destas obras. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que está em curso, a requalificação da escola de Santa Maria do Monte e o terreno adjacente, portanto, para 5 apartamentos, o projeto da escola de Bacelo, também 5 apartamentos, a Quinta do Cerrado, que também está entregue e vai ser financiado pelo PRR que são os 10 apartamentos e reabilitação de 2 edifícios antigos, a Vila Pavão em que o projeto está a ser feito internamente e estão a ser previstos 7 apartamentos. Têm também um loteamento em Vila Galega. E estão a ser desenvolvidos projetos em algumas centralidades, não estando ainda na fase de projeto porque estão no processo de negociação de terrenos, o qual não tem sido fácil, nomeadamente em Mansores, em Fermedo, e estão a estudar uma nova localização para um terreno na envolvente da Vila de Arouca, bem como estão a aguardar uma proposta para os apartamentos, também no centro da Vila, junto à área de regeneração urbana do parque do Milénio. Relativamente ao desporto, referiu que está a ser desenvolvido o projeto do estudo, porque o de Escariz é um dos complexos desportivos que tem tido uma grande adesão com cada vez mais utentes a praticar diversas modalidades, com o ginásio a já não ter capacidade para o movimento que tem. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Luís Almeida** dizendo que o PPM vai votar contra o orçamento e assinalou algumas razões referindo que a autarquia continua sem um canal de denúncia interno, como é de lei obrigatório para organizações públicas e privadas com o número de colaboradores acima de 250. De seguida referiu que continua sem apresentar o Provedor do Munícipe, onde se poderá receber as queixas dos munícipes sobre questões de tratamento no atendimento público municipal e dos serviços municipalizados. Referiu, também, a transparência no tratamento da informação prestada aos deputados municipais, em que não facilitou qualquer novo meio, de informação mais célere e de proximidade, como, por exemplo, a criação de um gabinete de munícipe, onde seria um espaço de trabalho dos deputados, um espaço, uma sala com meios informáticos, mobiliário, quadro para a receção dos senhores deputados municipais para tratar dos assuntos de

interesse a levar a discussão na Assembleia. De seguida falou sobre a saúde e a educação. Falou, também, sobre o auditório, referindo que acha que não é o local ideal e que seria melhor no terreno adjacente ao edifício da Câmara, ao criar as obras do novo edifício, criava o auditório incluído nesse edifício, juntamente com o parque de estacionamento e que poupava esforços e poupavam aquele parque verde do Milénio. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que apenas ia corrigir algo que foi dito, que tem a ver com o canal da denúncia, que sugeriu que o deputado Luís Almeida vá ao site do município que o canal da denúncia está ativo e que quanto ao Provedor do Munícipe não há nada na lei que obrigue o Município a ter. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Luís Filipe Teles, Presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga** que referiu que vem cá na qualidade de Presidente da Junta e que dessa forma se dirigiu a esta Assembleia. E de seguida referiu que deveriam dar mais importância aos Presidentes da Junta, que as juntas de freguesia continuam a ser um parente pobre dos Municípios. Que continuam muito dependentes dos orçamentos e boas vontades do município. Que participam nas assembleias, mas na verdade não têm qualquer voz. De seguida referiu que deve haver um reforço das verbas das juntas de freguesias para que estas possam desenvolver os seus trabalhos básicos de manutenção da freguesia, para dar resposta ao freguês. De seguida referiu, no que diz respeito à sua freguesia, que não vê, mais uma vez, a verba capaz de avançar com o museu da raça Arouquesa, na Quinta da Picota, não vê, também, verba capaz de executar a obra da Carreira dos Moinhos, não vê, também, verba para a questão de execução do troço do Passadiço ao longo do Ribeiro das Eiras, ligando a Ponte 516 ao Centro da Freguesia, Trancoso, não vê, também, uma verba para a segunda fase do Centro Cultural. E que gostava, também, de ver neste orçamento a requalificação da construção de passeios, a ligação entre a Igreja de Alvarenga e largo da Feira. De seguida referiu que refletiu e que teve duas formas de votar neste orçamento, uma como presidente da junta, outra como membro da Assembleia. E que como presidente da junta e olhando apenas para o que diz respeito à sua freguesia, o seu voto seria contra. E como membro da Assembleia e tendo em conta o restante orçamento e acredita que existem verbas importantes em várias freguesias, que tem também projetos importantes e que, portanto, o seu voto será a favor. E que desta forma irá se abster. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que percebe as reivindicações do Presidente da Junta de Alvarenga. E que este executivo também quer fazer tudo e que projetos que referiu são projetos importantes. Recordou que a carreira dos moinhos não foi possível avançar,

tiveram azar com o empreiteiro. Que têm projeto na quinta da Picota. Que não é possível fazer tudo, mas priorizando em função daquilo que é a ambição. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **José Maria Ribeiro** que referiu que recebeu um e-mail de uma informação enviada pelo senhor Presidente da Assembleia relativamente a um concurso nacional promovido pelo IPDJ, sobre a capital nacional da Juventude, em que um dos critérios é ter um concelho municipal de Juventude ativo. O concurso tem como finalidade dotar a autarquia com 50000 EUR de prémio para usar esses valores na forma que entender na promoção dos objetivos da Juventude. De seguida questionou se a Câmara concorreu a este concurso? Sobre o orçamento referiu que é um orçamento que não tem qualquer inovação, não tem qualquer perspetiva, não tem qualquer direção política, social e económica. De seguida referiu que há um parque de campismo, e que no início deste mandato que tinha questionado, e queria saber que tipo de classificação é que tem? De seguida referiu sobre a loja do cidadão que a senhora Presidente numa das últimas assembleias, disse que a loja do cidadão não vinha para Arouca e que agora se dá uma dotação para o próximo ano de 40600 EUR. Questionou se há alguma novidade que possa dar? Sobre os Bombeiros a verba continua com a mesma dotação há anos de 25000 EUR. De seguida referiu sobre a árvore de Natal na praça que custou 50000 EUR e que depois no orçamento vem para pessoas carentes em situação de carência externa de 20000 EUR, Apoios a situação de carência extrema - Bens 10000 EUR. O programa de apoio aos idosos 1000 EUR. Tarifa social para água, Saneamento e resíduos 40000 EUR. E que, referiu, merecia mais de 50000 EUR, mas que são prioridades. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que é este Executivo que tem que prestar contas, mas tem que decidir. De seguida referiu que sobre a loja do cidadão, ainda há uma rubrica que está aberta e que tem um valor que foi o valor do procedimento. E há uma questão que tem que ser resolvida porque caiu o projeto da loja de cidadão, mudaram os conceitos, mudou o Governo e que, portanto, o projeto que estavam a desenvolver ficou sem efeito e ainda há uma despesa para regularizar para quem desenvolveu o projeto. Referiu, também, que os bombeiros sempre que necessitam, ajuda-se, tal como foi em 2024, apoiando com a comparticipação em 100000 EUR para a aquisição da viatura, fundamental para as suas operações. E que, portanto, o município financiou em 100000 EUR os bombeiros voluntários de Arouca, para além da comparticipação dos 50000 EUR, para além da comparticipação das 2 equipas de intervenção permanente, que tem um valor considerável. De seguida referiu, no âmbito dos apoios sociais, que há várias verbas no âmbito do Serviço de Apoio Domiciliário, verbas nos equipamentos, em bens, em serviços, as bolsas de estudo, na alimentação, no apoio dentário e que têm vindo a reforçar o apoio na área social. E que a

questão da árvore foi uma opção e relembrou que a iluminação de Natal é concebida e realizada pelas equipas do município. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **José Maria Ribeiro**, referindo que a senhora Presidente não respondeu à pergunta se concorreu ao concurso de capital Nacional da Juventude. De seguida questionou onde está a rubrica dos dividendos que teve do aluguer do balão de Natal e dos outros equipamentos que o município possui? ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que sobre o concurso nacional da Juventude referiu que não concorreram. E sobre o aluguer do balão referiu que foi um investimento, assim como tem feito todos os anos e que o que disse no ano passado foi que a empresa gostaria de alugar o balão. Mas que fizeram as coisas para depois utilizar e reforçar a nossa iluminação. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Pedro Sousa** que iniciou a intervenção a parabenizar a câmara pela iluminação de Natal. De seguida referiu que este orçamento dá sinais de ir na direção certa, porque dá prioridade àqueles que são os grandes temas que o país enfrenta, que a prioridade está na habitação, na educação e na saúde. De seguida referiu alguns temas dando importância aos programas de saúde mental ou de saúde oral e que o orçamento acaba por fazer esta abrangência com tudo o que se apresentou. De seguida referiu que tem algumas dúvidas sobre o auditório, porque o custo de um auditório é também um aumento significativo de despesa corrente. De seguida referiu que o facto de, por unanimidade, o parecer do Conselho da Juventude do ano passado ter sido favorável ao orçamento também valeu muito pouco e na orientação de voto do PSD, portanto, aparentemente, os pareceres só são importantes quando se alinham com aquilo que é a nossa visão. --

---------- Voltou a intervir a senhora **Fátima Pinho**, referindo que não lhe foram respondidas algumas perguntas que foram dirigidas à Presidente da Câmara. E que, relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, no passado dia 9 de dezembro, não foram só as juventudes partidárias, não foram só as pessoas com representação política naquele conselho que se mostraram desfavoráveis ao orçamento para 2025, foram também outras associações de importante atividade para o nosso município, que se mostraram desfavoráveis. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Rui Vilar** questionando que quando a senhora Presidente diz que município é atrativo, porque é que os jovens nos têm abandonado? Arouca tem sido um território atrativo para quem? Para aqueles autocarros que passam no centro da Vila e que vão aos passadiços?

---------- De seguida pediu a palavra o senhor **Pedro Bastos**, para apresentar uma declaração de voto, que vai aqui transcrita: ----------

---------- "Em nome da minha responsabilidade enquanto representante da população e em defesa do desenvolvimento sustentável e equilibrado do nosso concelho, voto de forma desfavorável ao Orçamento Municipal para o ano de 2025, com base nos seguintes fundamentos: ----------

---------- 1. Falta de visão estratégica e de crescimento sustentado. ----------

---------- O Orçamento Municipal de 2025 continua a refletir uma gestão meramente corrente, sem uma orientação clara para o crescimento e desenvolvimento a longo prazo do concelho. O que é apresentado, na prática, não tem a ambição necessária para responder aos desafios estruturais de Arouca, nem às necessidades reais da nossa população. Continuo a não ver plasmadas opções que visem atrair e fixar pessoas, nem investimentos que potenciem o nosso desenvolvimento económico, social e ambiental.----------

---------- 2. Aumento das despesas correntes e falta de controlo financeiro ----------

---------- A constante subida das despesas correntes, que em 2024 atingiram 70,41% do orçamento, é um sinal claro da falta de planeamento rigoroso e da incapacidade de controlar os gastos. A minha principal preocupação é que, enquanto o peso das despesas correntes aumenta, a verba destinada a investimentos de capital, essenciais para a realização de obras estratégicas e a melhoria das infraestruturas do concelho, continua a ser insuficiente, com apenas 29,59% do orçamento a ser direcionado para esta área. Este desequilíbrio compromete o futuro de Arouca, hipotecando o desenvolvimento do concelho. ----------

---------- 3. Atraso na concretização de projetos essenciais.----------

---------- Embora algumas propostas que também tenho defendido ao longo dos anos estejam finalmente a ser reconhecidas, apesar de não concordar com os espaços para onde estão projetados, como a construção do auditório municipal e a criação de um complexo habitacional de média dimensão, lamento que só agora, no oitavo ano deste executivo PS, com centenas de milhões de euros gastos, conste finalmente no Orçamento previsto para 2025. É necessário mais do que palavras e planos. Precisamos de ação concreta. Até hoje, nenhuma obra de realce foi concretizada ou sequer lançada, e muitos projetos essenciais continuam a ser adiados ou negligenciados. O orçamento, ao não refletir claramente as necessidades de mobilidade, saneamento, infraestruturas e desenvolvimento empresarial, falha em atender às questões fundamentais do concelho. ----------

---------- 4. Falta de autonomia para as Juntas de Freguesia ----------

---------- Reitero a minha crítica à ausência de uma delegação efetiva de competências para as Juntas de Freguesia, que continuam a ser subjugadas a um centralismo que restringe a sua capacidade de ação e de resposta às necessidades locais. A autonomia e atribuição de competências é um passo

essencial para a promoção de um concelho mais dinâmico e ágil, e a falta dessa autonomia reflete a ausência de uma visão integrada e colaborativa de desenvolvimento.----------

---------- 5. Política de Juventude insuficiente e em retrocesso----------

---------- Em relação às políticas de juventude, o Conselho Municipal de Juventude de Arouca emitiu parecer desfavorável ao orçamento municipal de 2025, devido à redução da dotação orçamental para esta área essencial. A manutenção de uma rubrica específica é positiva, mas a redução dos recursos destinados à juventude compromete o apoio às nossas futuras gerações e à implementação de projetos que envolvem os jovens na vida cívica e no desenvolvimento do concelho. Por todas estas razões, e considerando que o Orçamento Municipal de 2025 não responde de forma adequada às reais necessidades da nossa população, não pode contar com o meu apoio. O meu voto será desfavorável."----------

---------- Procedeu-se à votação do documento, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado com 3 votos contra, 17 abstenções e 16 votos a favor. ----------

---------- De seguida pediu a palavra o senhor **Luís Almeida**, para declarar que o seu voto é contra e que é fundamentado pelas razões que elencou na sua intervenção neste ponto da ordem do dia. -----

---------- **3.2 - 2.ª REVISÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que com a equipa da Divisão de Planeamento fizeram uma apresentação deste assunto. ----------

---------- Depois da apresentação, foi aberta, aos elementos da assembleia, período para inscrições para intervenções deste ponto. ----------

---------- Foi dada permissão ao senhor **Pedro Bastos** para apresentação de uma declaração de voto sobre este ponto, que vai aqui transcrita:----------

---------- "Aquilo a que a Sr.ª Presidente nos sujeitou hoje, com uma ordem de trabalhos extensa, repleta de assuntos a tratar de elevada complexidade e um volume de informação (folhas e mapas) anormal num tempo extremamente curto para analisar, nem num exame académico se verifica. -------

---------- É difícil de classificar, a melhor classificação que me atrevo a dar é "Desonestidade Intelectual" ----------

---------- Só depois de aprovadas as referidas servidões, é que a câmara municipal pode ordenar a restante área do território, em que são definidos os solos rústicos e os solos urbanos, e posteriormente, a qualificação e requalificação no âmbito dos mesmos; ----------

---------- A proposta de alteração do PDM, ampliou em muito, a área do território classificado como REN, tendo como referência a REN, que integra o PDM ainda em vigor. ----------

---------- Essa ampliação de área, foi a câmara municipal quem propôs, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do art.º 10º do Decreto-Lei n.º 124/2019 de 28/08, tendo sido acompanhada tal delimitação, e respetiva aprovação, pela CCDRN;----------

---------- A planificação da REN, com a dimensão que passou a ter no nosso território, não foi devidamente acompanhada/verificada no terreno, por termos terrenos anteriormente classificados como solo urbano, que passaram com o desenhar de um algorítmico a ser REN. ----------

---------- A restante área do território, sem servidão administrativa e restrição de utilidade pública, (REN, RAN e demais) foi tratada de acordo com a lei dos solos e respetivo decreto regulamentar, tendo sido retirados, desclassificados de solo urbano, a maioria dos aglomerados urbanos do PDM em vigor, N2-Outros Aglomerados, e N3- Núcleos Edificados.----------

---------- Nas cartas de ordenamento da proposta, estão assinalados nas cores azuis, todos os aglomerados anteriormente classificados como solo urbano, e que vão passar a solo rústico, cujos usos e utilizações são os que constam no art.º 24º do regulamento do PDM em aprovação;----------

---------- Face ao que consta no referido art.º 24º, em todos os terrenos que eram solo urbano, e que passaram a ser solos rústicos, classificados como Aglomerados Rurais Tipo I e Tipo II, Espaço Agrícola, Espaço Florestal, Espaço Natural e restantes solos rústicos, só poderá ser construída habitação unifamiliar, desde que sejam demonstrada a estrita necessidade desta e a sua efetiva associação a usos e ações de aproveitamento produtivo do solo rústico no âmbito de explorações sustentáveis, existentes que comprovadamente se venha a constituir para a melhoria da estrutura fundiária.--- ----------

---------- Ou seja, em todo o nosso território classificado como Espaço Agrícola, Espaço Florestal, Aglomerado Rural Tipo I e tipo II, não poderá ser construída habitação. ----------

---------- Mas, face aos restantes usos admitidos para solo rústico, plasmados no art.º 24º, nessas classes de espaçoso poderão ser construídos alojamentos para animais, edifícios agrícolas, edifícios de comércio de produtos agrícolas, indústria de transformação de produtos agrícolas e florestais, empreendimentos turísticos. Reforço, não poderá ser autorizada a construção de habitação para quem não for o agricultor especificado no mesmo artigo;----------

---------- Com tal proposta de ordenamento, os sítios, lugares e aglomerados atualmente classificados como urbanos, vão passar a destinar-se a construção de edifícios destinados a comércio, indústria, e turismo, no âmbito das explorações agrícolas, e não podem destinar-se a habitação de um operário de uma fábrica, de quem trabalha na indústria agrícola e florestal, por não serem agricultores;

Tal situação acontece em todos os lugares das freguesias, quer as mais próximas à sede do concelho, quer as mais distantes;----------

---------- Como exemplo temos a freguesia de Urrô, Moldes, Sta. Eulália, com aglomerados rurais próximos da sede do concelho, que se estendem até a Serra da Freita, nos quais não será possível construir habitação; ----------

---------- Esta norma, para além de ser restritiva e não se adequar a realidade do nosso território, em que, a prática da agricultura como atividade produtiva é reduzida, com tendência à sua extinção, colide com outros regimes jurídicos, designadamente com o Decreto-Lei n.º 10/2024 de 8/01, que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e industria, e impede desta forma que os municípios possam exigir documentos instrutórios adicionais, face ao previsto na lei e na Portaria n.º 71º-A de 22/04, a qual identifica os elementos a serem apresentados, não podendo ser exigidos documentos não previstos na mesma, estando exemplificado no referido Decreto-Lei que não pode ser solicitada a apresentação de caderneta predial, visto este documento não integrar a listagem da referida portaria, de acordo com o disposto na alínea t) do n.º 1 do art.º 1º do referido Decreto-Lei n.º 10/2024 de 08/01;----------

---------- O referido diplomam determina também, na sua alínea o) do n.º 1 do art.º 1º, que apenas compete ao município verificar o cumprimentos de normas dos planos municipais, áreas de servidão administrativa, restrição de utilidade pública (REN, RAN, Rede Natura, etc.), o uso proposto, as normas legais e regulamentares relativas ao aspeto exterior e a inserção urbana e paisagísticas das edificações, e a suficiência das infraestruturas, não lhe competindo, designadamente, apreciar questões relativas ao interior dos edifícios, ou matéria relativa as especialidades. ----------

---------- No entanto, o regulamento do PDM é inócuo no que se refere a criação e identificação concreta de normas relacionadas com o uso dos solos, as normas legais e regulamentares relativas ao aspeto exterior e a inserção urbana e paisagísticas das edificações, e a suficiência das infraestruturas.

---------- Basta fazer a leitura dos art.º 18º e 20º, que nada é dito em relação às infraestruturas, e o mesmo acontece com os art.º 19º e 21º, que tratam matéria em relação ao enquadramento urbanístico e arquitetónico. São normas genéricas, que não especificam os critérios e parâmetros urbanísticos a serem utilizados na apreciação das referidas questões; ----------

---------- Uma outra questão que se põe em relação ao uso do solo rústico, no qual não é possível construir habitação, é a sua não compatibilização com o regime da RAN. ----------

---------- O regime da RAN permite, excecionalmente, a construção de habitação unifamiliar, no caso da mesma se destinar a habitação de agricultor, tendo que provar junto da respetiva entidade da reserva, que a pessoa é um produtor agrícola, e ainda, a habit14) ação para pessoas carenciadas.-------
---------- A carência económica é comprovada junto da referida entidade, sendo que, esta carência passou a ser comprovada por documentos previstos em legislação, e deixou de ser comprovada através de declarações emitidas pelas juntas de freguesia, da área de jurisdição dos terrenos em causa. Para além disso, a área das habitações a serem autorizadas com base na carência económica, não podem ter área de construção superior a tipologia de habitação a custos controlados.----------
---------- Ora, face ao ordenamento proposto para solo rústico no PDM, uma pessoa carenciada, tem autorização para construir habitação em RAN, mas a sua construção não vai ser autorizada, por não se tratar de agricultor como tal definido na alínea g) do n.º4, do art.º 24º do regulamento proposto;
---------- A proposta de regulamento do PDM, para além de não conter normas precisas nas matérias acima referidas, também não define com coerência, tendo em consideração a orografia do nosso território, o n.º de pisos, e a respetiva volumetria.----------
---------- Ou seja, o n.º de pisos em solo rústico é de 2 acima da cota de soleira, sendo que, a dimensão da fachada é de 10m. ----------
---------- Ora, um edifício com 2 pisos, por norma a altura da fachada anda por volta dos 6m. Ao permitir uma altura de fachada com 10 metros, será o mesmo que dizer que o edifício pode ter 3 pisos. Este 3º piso, ou se preferir a fachada com 10m, esta fachada fica acima ou abaixo da cota de soleira?-
---------- E esta norma, conjugada com a definição de cave, que número de pisos será visível em terreno de meia encosta, com declives acentuados, que são os mais abundantes no nosso território? Essas definições foram calculadas com casos práticos?----------
---------- Foram testadas em terrenos, planos, e em terrenos inclinados? ----------
---------- Os anexos estão definidos como tendo 1 piso, em solo classificado como urbano, admitindo-se excecionalmente, a construção de anexos com 2 pisos, destinados a agricultura, mas somente para terrenos classificados como solos rústicos.----------
---------- No entanto, em operações de loteamento, operações urbanísticas que só podem ser viabilizadas em solo classificado como urbano, é permitida a construção de anexos com 2 pisos, desde que a envolvente o permita. Mais uma norma que não se compreende o critério urbanístico subjacente à mesma, para além de não especificar quais são os critérios a serem tidos em conta no enquadramento e zona envolvente; ----------

---------- O regulamento está repleto de normas indeterminadas, o que na prática irá significar a inviabilização da sua aplicação, por ser demasiado discricionário. ----------

---------- Para além da não compatibilização do regulamento com normas legais e regimes jurídicos acima referidos, constata-se que, também a cartografia, apresenta delimitações que não respeitam ou se compatibilizam com os referidos regimes, designadamente no que se refere a REN e ao Risco elevado e muito elevado de incêndios. ----------

---------- A título de exemplo, temos o lugar de Cando, carta n.º 15, que está delimitado como Aglomerado Rural tipo I, na cor azul-escuro, e que uma parte dessa delimitação na cor azul interceta terreno da REN. ----------

---------- Muito embora saibamos que, a delimitação de todas as condicionantes, servidões, que constam da respetiva carta, também devem ser consultadas, para a verificação da sua classificação e qualificação, e possibilidade de construção. ----------

---------- No entanto, ao termos uma série de aglomerados rurais, que no PDM ainda em vigor são solos urbanos, e uns outros que mantém a classificação de solo rústico, não percebemos porque, alguns deles, contém a delimitação de aglomerado rural, a incidir sobre a REN, e todos os outros aglomerados rurais não intercetam REN, não é claro.----------

---------- Como resumo das questões acima referidas, chega-se à conclusão que no lugar de Cando, existem terrenos classificados como Reserva Ecológica Nacional, delimitado como aglomerado, no qual, não é possível construir habitação, por não ser agricultor, mas na parte do aglomerado que não incidir sobre a reserva ecológica nacional, poderá ser instalado um depósito a céu aberto para contentores, inertes e materiais de construção, ou ainda, edifícios para exploração agrícola e florestal, edifício de comércio de venda de produtos agrícolas, e instalação de infraestruturas de animação ao ar livre (estes são alguns dos usos para solo rústico) ----------

---------- O relatório de ponderação após discussão pública ilustra em excesso, o cumprimento da obrigatoriedade de ser publicitada a discussão pública, mas omite ou não esclarece com o mesmo rigor, utilizado com base em ilustrações, as alterações que foram executadas no plano e regulamento, as cópias dos pareceres emitidos à REN, para solicitar alterações, e a respetiva ponderação, apresentado casos práticos, testes efetuados, com vista à conformação das regras com o que tem sido publicitado, e com o que foi dito no período da discussão pública aos munícipes.----------

---------- Há umas assembleias atrás, esta mesma assembleia deliberou considerar de interesse municipal a construção de um equipamento da empresa Nettapus Tourism, Ld.ª. Esta deliberação foi

aprovada no âmbito do Plano de Urbanização de Arouca que permitia a alteração do uso de habitação para equipamentos.----------

---------- Olhando para a proposta refletida na carta 11 de ordenamento em aprovação, o referido local está destinado a Espaço de uso especial Turismo quando deveria estar Espaço de uso especial de Equipamentos, como está por exemplo na mancha que abrange o campo de futebol Afonso Pinto Magalhães.- ----------

---------- O que está assinado em carta, corresponde ao construído no local?----------

---------- Outra questão que se levanta é a legalidade do plano que querem aprovar, pois segundo o relatório de ponderação da discussão pública ainda há terrenos, a aguardar a emissão de pareceres de desafetação da REN,----------

---------- Olhando para o Plano de Urbanização (PU) plasmado no website do Município e para estas cartas de ordenamento facilmente se percebe que foram abolidas algumas das vias contempladas no referido PU, algumas delas de difícil compreensão terem sido eliminadas.----------

---------- Capítulo VI – Disposições programáticas e executórias do plano ----------

---------- As UOPG devem ser concretizadas através das formas e instrumentos de planeamento e execução estabelecidos para cada uma nos respetivos termos de referência constantes do anexo VIII até ao final dos prazos aí estabelecidos e reproduzidos no programa de execução do plano (nº 5 do artigo 60º)-- ----------

---------- O nº 6 do artigo 60º do regulamento do plano, determina que, a não concretização total ou parcial das UOPG até ao final dos prazos a que alude o nº anterior, determina automaticamente a caducidade total ou parcial da classificação como solo urbano da área ou áreas nelas incluídas que, à data de esgotamento dos referidos prazos, não cumpram os requisitos materiais legalmente exigidos para a sua classificação como solo Urbano.----------

---------- Face ao exposto, pergunta-se, sendo agora 35UOPGS, aquando do período da discussão pública todas essas implicações foram esclarecidas aos proprietários dos terrenos que integram as UOPGS? --- ----------

---------- Se a Câmara de Arouca está capacitada financeiramente e tecnicamente para executar o plano de acordo, com a programação que consta da carta de ordenamento III em que a maioria das UOPGS devem ser executadas em 5 anos, e algumas em 2 anos?----------

---------- Podemos deduzir que existiu falta de transparência no que é demonstrado através dos gráficos por não estar à disposição de toda a população as novas cartas produzidas e respetivas aprovações das entidades competentes, ou seja, da tutela.----------

---------- Se tivermos como referencia o PDM ainda em vigor, do ano de 2009 e as respetivas disposições programáticas que estão previstas nesse plano, ou seja a execução de 3 planos de urbanização, a alteração do plano de urbanização de Arouca e ainda as 5 unidades de execução, facilmente percebemos que não foi alterado o plano de urbanização de Arouca, não foi executado o plano de urbanização de Mansores, e das 5 unidades de execução previstas, 2 foram absorvidas pelo plano de Escariz/Fermedo, uma foi executada através do plano da urbanização da Farrapa, uma foi absorvida pelo loteamento da zona industrial de Alvarenga, uma foi executada através do loteamento da execução da área de acolhimento da zona industrial situada em penso, Arouca e a outra foi através da operação de loteamento da Quinta do Cerrado. Ou seja, com as 35 UOPGS a serem realizadas quase todas no mesmo período de 5 e 2 anos, é pertinente que se coloque a seguinte questão: ---------

---------- Existe capacidade financeira (não está refletida em orçamento) e técnica para serem elaboradas as referidas UOPGS, as quais incidem sobre terrenos de terceiros, respeitando todos os critérios que constam dos artigos 65 e seguintes relacionados com parametrização e redistribuição de mais-valias fundiárias, mecanismos per-equativos da edificabilidade, das áreas de cedência e demais implicações técnicas e jurídicas que acompanham a realização das UOPGS." ----------

---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que por serem questões técnicas pediu à senhora Adélia Almeida, chefe da Divisão de Planeamento, para poder esclarecer, mas ainda referiu que isto é complexo e muito técnico, mas que teve a preocupação que assim que foi aprovada em reunião de Câmara, de fazer chegar imediatamente os documentos a esta Assembleia e que os documentos base já existem desde o início do ano e que também estão na plataforma e que o documento final que estamos aqui a falar é de algumas alterações, fruto da discussão pública. ---------

---------- De seguida interveio a senhora **Adélia Almeida** que referiu que compreende perfeitamente as questões colocadas, porque de facto não é possível assim, em tão pouco tempo, estar a explicar tudo sem sequer poder projetar aqui e que precisava de mais tempo para projetar as plantas e, de facto, fazer as sobreposições, que em papel não é tão claro. De seguida referiu que disse claramente que a restrição de utilidade pública se sobrepõe a qualquer categoria de uso e que não é a Câmara que decide. E que a Reserva Ecológica vai sobrepor-se porque ela tem uma publicação autónoma. E que os aglomerados rurais, que estão manchados a azul, estão excecionadas na legislação do sistema dos incêndios rurais, portanto, tem um nome mais comprido, os aglomerados rurais estão excecionados e que é a única categoria de solo rústico que é excecionada na legislação. E que por isso é que retiraram as áreas de edificação dispersa, podem estar sobrepostos, mas não se aplica. Quanto à questão da fachada referiu que é muito importante para a questão dos projetos de obras particulares, e

que simplesmente há um anexo no regulamento que tem o desenho da fachada e a forma de cálculo, sendo certo que todas as definições estão previstas em diploma e que foi adicionado precisamente porque há essa dificuldade em solos inclinados e que foi uma luta com a CCDR porque não permite regulamentos discricionários, os regulamentos têm que ser objetivos e tiveram muitas reuniões com os juristas para chegar a este regulamento. Quanto à questão do artigo 39 dos aglomerados rurais e da possibilidade de fazer construção referiu que dizem no número 1 artigo 39 que os aglomerados rurais são espaços com funções predominantemente habitacionais e de apoio a atividades localizadas em solo rústico, sendo que estas áreas garantem a qualificação como espaços de articulação de funções residenciais e desenvolvimento rural e que, portanto, o número 1 é muito claro. Que pode haver a necessidade de uma clarificação do número 2, mas que o número 1 é claro e que estes espaços correspondem à função habitacional. Continuou referindo que a classificação do solo urbano obedece a regras e critérios muito rigorosos e que só fica urbano, o que claramente tem características de urbano. E que tudo o resto que não tem características urbanas, fica em solo rústico, com capacidade edificatória e depois temos as unidades operativas de planeamento e gestão e depois temos os planos de urbanização. Referiu de seguida as questões das vias, em que tiveram muitas reuniões sobre a rede viária, que passou para o PDM o que entenderam que é mais relevante e que é da área do macroplaneamento e que as questões mais minuciosas não passam para o PDM, que serão tratadas ao nível de um plano de urbanização onde se vai ter projeto, onde se vai ter cadastro, onde se vai ter muito mais informação de pormenor. Referiu ainda que os estudos da REN foram feitos no local e que para fazer a reserva ecológica nacional, estudos hidrológicos foram encomendados e foram feitos por entidades externas porque não tinham recursos humanos suficientes na Câmara nem com conhecimentos para os fazer e que foram entregues a empresas reconhecidas pela sua alta competência. Referiu ainda que há um mapa com as exclusões da REN em cada um destes processos, que são 2 dossiês autónomos do PDM e tem um relatório em que explica cada uma das exceções das exclusões e aprovadas para um determinado fim e se não for utilizado para esse fim, elas voltam a estar integradas na Reserva Ecológica e na Reserva Agrícola. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Pedro Bastos** que referiu que a explicação que deu para as vias não a aceita e que olhando para os mapas, as que estão simbolizadas são as que vão desaparecer e que outras até mais estreitas, com menos importância, continuam a aparecer plasmadas no PDM. Relativamente à questão dos aglomerados, tipo 1 e tipo 2, questionou qual é que prevalece, o artigo 24 ou artigo 39? De seguida referiu que vai fazer chegar todas aquelas questões que fez e que gostaria que lhe respondessem por escrito a todas elas com aquelas afirmações que lhe disseram aqui. ---------

---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que relativamente às vias que é possível, mediante manifestação de interesse público no futuro voltar a conceber e idealizar novas vias. ----------

---------- Interveio a senhora **Adélia Almeida** que referiu que relativamente aos aglomerados rurais, que prevalece o artigo 39, porque é direcionado para os aglomerados rurais. E que o artigo 24 são características gerais de solo, de solo rústico. Relativamente às vias referiu que é importante dar nota que há vias no PU que caíram e não tem de estar no PDM e que as vias têm a ver com a estratégia de desenvolvimento do município, com a estratégia que o município traça. E que as vias que estão no PDM estão assim desde o período da discussão pública, até porque depois da discussão pública não puderam incluir novas vias porque senão teria de haver um novo período de discussão pública, que as pessoas tinham de ser ouvidas. E que, portanto, há vias que caíram do PU porque o próprio solo urbano também caiu. E que as vias que estão previstas no PDM têm de ter associado um custo. ------ ----------

---------- Ausentou-se da reunião a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Rossas. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Óscar Brandão** que referiu que a senhora Presidente da Câmara mais uma vez desprezou os autarcas no seu todo e espécie, em especial os autarcas do PPM, do PSD e do CDS, que em fevereiro deste ano lhe apresentaram um conjunto de propostas sérias e de boa-fé e que após a apresentação dessa proposta, que aconteceu na Assembleia Municipal de fevereiro, não houve qualquer diálogo, não houve qualquer negociação, qualquer diligência. De seguida referiu que vai assentar muito na declaração de voto dos seus vereadores e a sua solidariedade da bancada do PSD com os seus vereadores que receberam milhares de páginas deste documento em dois dias úteis antes da reunião executiva. E que não é razoável, não é justo, não é correto, não é sério e é sobretudo politicamente condenável. Relativamente aos aglomerados rurais incluídos no solo rústico, referiu que a decisão de integrar os aglomerados rurais no solo rustico, que constituiu uma escolha que poderá ter consequências negativas de longo alcance, prejudicando o concelho durante os próximos anos. Que falta clareza quanto à construção de habitação. Que apesar da permissão da construção em aglomerados rurais, os artigos aplicáveis levantam sérias dúvidas sobre a possibilidade de edificar habitações. E que o artigo 24 não define a habitação como uso dominante complementar ou compatível com solo rústico e o artigo 30º também não apresenta habitação como uso permitido. E que esta lacuna levanta uma questão crítica, sobre se será possível construir novas habitações nestes espaços? Caso seja permitida, refere que não está claro no documento como proceder para a sua aprovação, pelo que está definido a construção parece limitada a edifícios para o comércio agrícola,

empreendimentos turísticos, proibindo a habitação, exceto para agricultores. Impossibilidade de destaques de parcelas de loteamentos. E que na prática, salvo alterações, será impossível construir nestes locais, comprometendo o desenvolvimento destas áreas, a sua capacidade de atrair ou fixar população. Relativamente às zonas urbanas C1 e a proibição de 3 pisos em algumas destas áreas, referiu que a proposta dos 3 partidos de permitir edifícios de 3 pisos nas zonas urbanas C1 foi desconsiderada ou limitada a cenários extremamente remotos com condições praticamente impossíveis de cumprir. Sobre as zonas industriais, referiu que a decisão de proibir edifícios com 3 pisos nas zonas industriais é difícil de justificar, que esta medida contradiz qualquer estratégia de dinamização económica e industrial, limitando a possibilidade de criação de mais espaço útil para as empresas e trabalhadores. De seguida referiu que os senhores vereadores assumem, tal como a bancada do PSD assume que há uma falta de visão estratégica neste momento e que revela de facto essa falta de ambição estratégica em vários exemplos que são dados ao não apresentar medidas eficazes para fixar a população quer nas áreas urbanas quer nas aldeias. E que não oferece soluções para tornar a habitação mais acessível ou criar condições para a instalação de serviços, empregos e comércio local. Depois sobre as unidades de execução, que o planeamento nas unidades de execução é confuso e mal estruturado, dificultando a compreensão de como será implementado na prática. Terminou a referir que fica muito aquém das expectativas e lamenta, mais uma vez, que não tenha havido diálogo. ----------

---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que foram explicadas parte das preocupações, que foram identificadas e já foram respondidas e que, portanto, esta revisão é uma revisão com muitas obrigações e implicações legislativas que obrigaram a adequar o território e este plano. Referiu ainda que os espaços só podem ser considerados urbanos os que realmente cumpram os requisitos da lei, assim como as áreas atividade económica e as áreas industriais, que foram ampliadas e são criados diversos núcleos de atividade económica. Continuou referindo que é um processo complexo, foi um processo difícil, mas que não é verdade que não foram envolvidos no processo. Foram várias reuniões desde 2020, com o executivo, com a Assembleia Municipal, com representantes da Assembleia, em 2024 várias reuniões com os membros da Assembleia Municipal e que, portanto, a equipa esteve sempre disponível para esclarecimentos. Referiu ainda que a lei obriga a aprovar o documento até ao final do ano e que se não for aprovado é suspenso e com muita incerteza e que, portanto, o município nada poderá aprovar do ponto de vista urbanístico. ----------

---------- O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que hoje foi publicada uma alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial que fala justamente nesta questão, que a

senhora Presidente acabou de dizer e que pensa que tem aqui uma salvaguarda na lei para a habitação, que não impede a realização das operações urbanísticas em áreas urbanizáveis ou de urbanização programada, cuja finalidade seja habitacional nos termos do artigo 72, aplicando-se o procedimento de classificação do solo para estas finalidades. ----------

---------- Interveio a senhora **Adélia Almeida** que referiu que essa legislação está acabadinha de sair, mas que esta legislação se aplica ao RJIGT que está em vigor. E que, portanto, esse diploma que saiu hoje é para o RJIGT. ----------

---------- Voltou a intervir o senhor **Óscar Brandão** que referiu que senhora Presidente só se pode queixar de si, porque não fez um esforço, depois do produto acabado, não houve qualquer interação com os autarcas da oposição, sendo eles vereadores ou membros da Assembleia Municipal, incluindo-se os presidentes de junta. E que isso é que lhe pareceu grave agora ou durante o percurso desde o início, numa fase embrionária, ou quando o percurso estava ao meio. Referiu ainda que ninguém nega que houve a apresentação do Plano Diretor Municipal e que não é isso que está em causa, mas sim depois de ter o produto acabado ou quase acabado, que não foi capaz de proporcionar uma reunião, uma sessão de trabalho com os autarcas e foi nisso que falou, referiu, e não do que aconteceu numa fase inicial do percurso, nem no meio do percurso. ----------

---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que reuniram várias vezes e que em março a equipa estava focada a dar resposta àquilo que eram as pretensões dos munícipes, que foram mais de 900 exposições. E que alterou, fruto da discussão e das vossas observações. E que, portanto, para termos um plano hoje aqui aprovado, como sabem pelas 24 entidades que têm interesses no território, que se manifestaram sobre ele e era necessário garantir, tal como este plano garante, a sustentabilidade técnica e jurídica. Referiu ainda que sobre as plantas de condicionantes, o município não tem qualquer poder para alterar as várias condicionantes e que, portanto, este documento revela, após a consulta pública e com as observações, ajustamentos para ir de encontro àquilo que foram as observações, cumprindo a legislação e a imposição legal. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Luís Almeida** que referiu que sobre este assunto o Partido Popular Monárquico tinha razão em solicitar para retirar este ponto da ordem de trabalhos e de seguida leu a carta enviada à Mesa da Assembleia Municipal, que aqui vai transcrita:----------

---------- "O Partido Popular Monárquico (PPM) vem, por este meio, manifestar a sua profunda preocupação e veemente contestação relativamente à decisão de incluir, na próxima Assembleia Municipal de 30 de dezembro, a votação das alterações ao Plano Diretor Municipal (PDM)

juntamente com a votação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano (GOP) para o próximo ano. ----------

---------- Consideramos que esta acumulação de temas de extrema importância numa única sessão compromete seriamente o debate informado e responsável, desrespeitando o papel desta Assembleia enquanto órgão deliberativo com a responsabilidade de ponderar, analisar e decidir no melhor interesse do concelho e da sua população.----------

---------- O Plano Diretor Municipal é um dos instrumentos mais relevantes de ordenamento do território, com impacto direto e profundo no desenvolvimento sustentável, no ordenamento rural e urbano e na qualidade de vida da população. A sua discussão exige tempo adequado para análise detalhada e reflexão ponderada por parte dos membros da Assembleia, de modo a assegurar decisões conscientes e fundamentadas, que terão repercussões de longo prazo. É igualmente essencial respeitar a oportunidade de promover um debate aprofundado e transparente com os cidadãos e as partes interessadas, tendo em conta o impacto significativo que as alterações ao PDM podem ter.----------

---------- A reunião de 30 de dezembro já prevê a discussão e votação de matérias de grande complexidade e relevância, como o Orçamento Municipal para 2025 e as Grandes Opções do Plano. Estas matérias, por si só, justificam uma Assembleia Municipal exclusivamente dedicada, dada a sua importância para o planeamento estratégico do município.----------

---------- Além disso, o período do final do ano, marcado pelas celebrações de Natal e Ano Novo, apresenta desafios logísticos e de disponibilidade, tanto para os membros da Assembleia como para os cidadãos interessados. Esta circunstância limita a participação ativa e informada da população, contrariando os princípios de transparência e envolvimento democrático que devem guiar os trabalhos deste órgão. ----------

---------- Fundamentos da Contestação ----------

---------- Consideramos que os fundamentos desta contestação estão devidamente sustentados na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, nomeadamente: ----------

---------- 1.De acordo com a Lei n.º 75/2013, os membros da Assembleia Municipal têm o direito de apresentar requerimentos ou reclamações ao Presidente da Assembleia, incluindo questões relacionadas com a ordem de trabalhos. Este direito está protegido pelos princípios que regem o exercício das funções dos eleitos locais.----------

---------- 2.Aos membros da Assembleia não pode ser vedado o direito de participar plenamente nos trabalhos, incluindo a solicitação de esclarecimentos e a proposta de alterações à ordem de trabalhos. -- ----------

---------- 3.Embora o Presidente da Assembleia tenha competência para organizar a ordem de trabalhos, esta competência não é arbitrária. A Lei exige que seja exercida em conformidade com princípios de transparência, proporcionalidade e respeito pelos direitos dos membros da Assembleia.-

---------- 4. O funcionamento das reuniões deve respeitar critérios de clareza, eficiência e razoabilidade. A inclusão de propostas de elevada complexidade numa sessão já sobrecarregada vai contra esses princípios, prejudicando a qualidade do debate e comprometendo o processo democrático. ----------

---------- Face ao exposto, o PPM considera não estarem reunidas as condições para a votação de uma matéria de extrema complexidade e solicita a V.Ex. que seja considerada a possibilidade de retirada da proposta ou a marcação de uma Assembleia Municipal extraordinária."----------

---------- De seguida referiu que a discussão do PDM é uma discussão política e que as questões técnicas têm que se ajustar à realidade de cada município e a realidade da proteção da população. De seguida deu alguns exemplos de que a Câmara não teve essa atenção, como os munícipes que estiveram na assembleia que vieram falar de um acordo com a Câmara e que não foi tido em atenção, continuou, referindo que a Câmara vendeu agora 15 ou 16 lotes na Zona Industrial, que teve grande sucesso e grande impacto em termos financeiros e de futuro para o concelho de Arouca em termos de emprego, mas que não se pode limitar a construção de habitação, ou seja, criam-se zonas industriais enormes, cria-se expectativas nos empresários e que depois as pessoas vão trabalhar a 30km ou 40Km. De seguida referiu que a Reserva Ecológica em Arouca já tem bastantes espaços verdes, não há município nenhum aqui no Norte que tenha tanta área de espaços verdes e, questionou a quem é que interessa este aumento de tanta percentagem? Será que o município tem isso para manter a sua estratégia de turismo? ----------

---------- O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que compreende as preocupações quando diz que este é um documento muito técnico e é difícil perceber e compreender tudo isto e que precisaríamos de tempo para analisar, mas se calhar se tivéssemos um ano a olhar para isto, continuaríamos a perceber o mesmo. E que é preciso perceber que estamos no âmbito de uma matéria de direito do urbanismo que é muito complexa e daí a necessidade de também afetar equipas especializadas para isto. E que já não compreende quando diz que se devia ter retirado da ordem de trabalhos, porque não o pode fazer. ----------

---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que faz questão de reiterar o que já foi dito, que estes estudos da REN são estudos com caráter vinculativo, não é o município que define e que são estas entidades que criam as condicionantes e que mandam. ----------
---------- Interveio de seguida o senhor **Rui Vilar** que referiu que esta discussão é uma discussão política. E percebe a importância deste documento e a forma como este devia ter sido discutido. Que devia ser discutido com os nossos autarcas, os nossos vereadores, que o documento com milhares de páginas e uma série de anexos técnicos foi enviado com 2 dias para análise antes da reunião de executivo. E perguntou se acham isto bem, se acham isto normal? E que ele não acha e que acha isto muito pouco democrático e demonstrativo que a senhora Presidente não queria saber do trabalho da oposição, mas esquece que tem partidos da oposição e que os devia ouvir, até porque têm um sentido de voto, quer na reunião de Câmara, quer nesta Assembleia Municipal. De seguida referiu que a senhora Presidente não domina muito bem o PDM porque não soube responder a um conjunto de questões que lhe foram colocadas. Continuou referindo que às vezes mais vale a pena não discutir nada com a senhora Presidente, porque é sempre a mesma estratégia e depois estamos a assistir a uma quase coação ou ameaça aos membros da Assembleia Municipal para a votação deste documento. Que com a aprovação do PDM, teremos um admirável mundo novo, onde tudo vai ser possível e só a partir de hoje é que tudo vai ser possível fazer em Arouca. Isso é mentira, não é verdade, referiu. E que nada acontecerá em Arouca e existem várias dezenas de municípios onde o processo está bastante mais atrasado e onde não vai acontecer nada, nem tem acontecido nada e que tivemos esta alteração que ainda está a ser bastante falada, que ainda não se sabe bem o impacto que poderá ter no PDM e que poderemos até ter que estar novamente aqui a discutir daqui a uns tempos essa questão. E perguntou à senhora Presidente porque é que agora, na última quinzena de dezembro, quis fazer tudo à pressa? Qual é a pressa? Referiu que ele não tem pressa, porque acha que este documento é fundamental e estratégico para o desenvolvimento de Arouca e discorda das opções políticas que a senhora Presidente tomou neste documento e que foram aqui elencadas por vários elementos da assembleia. E que não se pode vir aqui à pressa querer aprovar um documento destes que vai prejudicar Arouca e que vai prejudicar muitas famílias de Arouca. E que por isso é que vai votar contra com toda a convicção este documento que prejudica Arouca, prejudica os arouquenses e prejudica muitas das suas freguesias. E que acha que todos os autarcas aqui, sejam eles de que partido for, também fizeram uma excelente análise deste documento e votarão também em defesa das suas populações. ----------

---------- Interveio de seguida o senhor **Jorge Oliveira**, **Presidente da Junta de Freguesia de Mansores** que relativamente ao PDM referiu que é um documento importante e minucioso e que tem a perfeita noção do desenvolvimento, crescimento e investimento que vai ter o novo PDM. Continuou referindo que foi uma das pessoas que várias vezes reuniu com a equipa do município e que várias vezes se mostraram disponíveis, inclusive muitas vezes depois da hora. E que acha que estamos aqui a ter uma perceção errada, até porque foi dito que o documento é dinâmico e poderá, em determinadas alturas, ser alterado. E que acha que é importantíssimo e que há pessoas a ver lá em casa com vários projetos de construção em Mansores e dependem do novo PDM. E que se o PDM não for aprovado, não é possível construir no atual PDM. E que está preocupado se ele não for aprovado e que o seus colegas presidentes de junta também o devem estar e que acha que é importante esquecer a cor política neste momento. ----------

---------- Pediu para intervir o senhor **Pedro Bastos**, e solicitou para incluir esta sua intervenção à declaração de voto anterior e que aqui vai transcrita: ----------

---------- "Antes de mais quero dizer que é inaceitável a pressão exercida pela Presidente da Câmara para aprovar o Plano Diretor Municipal, procurando transferir para os deputados municipais uma responsabilidade que lhes cabe exercer com plena autonomia e em defesa exclusiva do interesse público, livre de condicionamentos.----------

---------- O exercício do mandato que nos foi conferido não se coaduna com esta tentativa de condicionar o exercício livre, consciente e responsável das competências que nos cabem, as quais devem ser desempenhadas exclusivamente em prol do interesse público e em respeito pelos princípios democráticos que nos são conferidos pela lei e pela Constituição da República Portuguesa.----------

---------- Foi a Dr.ª Adélia que disse que o artigo 39 prevalece ao artigo 24. Pois bem, vamos ver o que diz_ ---- ----------

---------- Artigo 39º - caracterização, como diz o nome, caracterização do existente atualmente nestes terrenos. ----------

---------- Ponto 1 ----------

---------- Estes espaços correspondem à área do município com funções predominantemente habitacionais e de apoio a atividades localizadas em solo rústico, sendo que estas áreas garantem a qualificação como espaços de articulação de funções residenciais e de desenvolvimento rural e a sua infraestruturação com recurso a soluções apropriadas às suas características. ----------

---------- Ponto 2 ----------

---------- Nos aglomerados rurais são admissíveis os seguintes usos: ----------

---------- a) Construção e utilização de edifícios de apoio direto e exclusivo a atividades agrícolas, pecuárias ou florestais e de edifícios destinados à transformação dos produtos agrícolas, florestais ou pecuários e à comercialização dos mesmos. ----------

---------- b) Empreendimentos turísticos das tipologias de turismo de habitação, turismo no espaço rural ou estabelecimentos hoteleiros.----------

---------- c) Atividades oficinais e de armazenagem que cumpram as condições de compatibilidade com o uso habitacional.----------

---------- d) Atividades comerciais e outras atividades de serviços, incluindo restauração----------

---------- e) Atividades industriais que cumpram as condições de compatibilidade com o uso habitacional.----------

---------- f) Equipamentos e espaços de utilização coletiva.----------

---------- Como vê, em nenhuma alínea permite a construção de habitação unifamiliar, penso que se esqueceram de criar aqui uma alínea onde isso fosse salvaguardado. Por todas as razões aqui apresentadas o meu voto será desfavorável". ----------

---------- Procedeu-se à votação do documento, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado com 17 votos a favor, 16 votos contra e 2 abstenções. ----------

---------- **3.3 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA: ----------**

---------- Posto à discussão não se registaram intervenções. ----------

---------- O documento foi posto à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 1 abstenção. ----------

---------- **3.4 - REGULAMENTO DE OBRAS E TRABALHOS NA VIA PÚBLICA: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez a apresentação do documento. ----------

---------- Pediu para intervir o senhor **Luís Almeida**, que questionou a senhora Presidente sobre a questão da fiscalização, porque existindo o regulamento, tem que ser cumprido, mas depois quem faz a fiscalização na prática? ----------

---------- Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu que este regulamento surge da necessidade e por se verificar diversos incumprimentos por parte de várias entidades e, portanto, por isso é que pretende regulamentar. E que o município irá fiscalizar. ----------

---------- Não havendo mais intervenções, o documento foi posto à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

---------- **3.5 – MAPA DE PESSOAL PARA 2025: ----------**

---------- Posto à discussão, não se registaram intervenções. ----------

---------- Posto à votação, por braço no ar, foi o mesmo aprovado por maioria com 10 abstenções e 25 votos a favor. ----------

---------- **3.6 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA: ---------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação da proposta. ----------

---------- Não havendo intervenções foi colocada à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção e 34 votos a favor. ----------

---------- **3.7 - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS TERRAS DE SANTA MARIA - PERM - PARQUE EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS DAS TERRAS DE SANTA MARIA EIM – EXTINÇÃO: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação do ponto em discussão. ----------

---------- Pediu para intervir o senhor **Luís Almeida**, que referiu que na anterior Assembleia levantou questões que tinha dúvidas sobre o processo e que pensou que iria haver uma sessão de esclarecimento ou alguma coisa que pudesse ter interesse. E que ficou sem saber se a empresa vai ficar com o edifício para receber a dívida, se vai ser dos municípios que vão pôr à venda o edifício. Ou como é que vai ser? E que se foi criado com esse intuito de ajudar na recuperação de desmantelamento de veículos, poderia ser criado no edifício qualquer coisa ligada com os municípios que estão sempre a investir na área da reciclagem e da compostagem e demais. E que não sabe por que razão estão a querer desfazer-se do edifício ou se é para pagar a dívida da empresa associada. E que vai votar contra. ----------

---------- Não havendo mais intervenções, o documento foi posto à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 4 votos contra, 4 abstenções, e 27 votos a favor. ----------

---------- **3.8 - PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE AROUCA: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação do ponto em discussão. ----------

---------- Pediu para intervir o senhor **Luís Almeida**, que referiu que não se vai opor a isto, mas que espera é que não venham aí fundamentalistas a querer impor regras sobre as alterações climáticas.

---------- Não havendo mais intervenções, o documento foi posto à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

---------- **3.9 INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:** --------

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação das várias atividades explanadas no documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Interveio, a senhora **Alda Portugal** que teceu algumas considerações relativamente ao documento, iniciando sobre a empreitada de requalificação da centralidade de Chave que era uma obra esperada há muito e que vai melhorar, sem dúvida, a acessibilidade, a mobilidade e as condições de segurança na circulação. Mas há também uma preocupação para aqueles que são residentes, a questão da segurança, porque naquela via, mesmo agora em estado de obras, há um tráfego com uma velocidade mesmo muito grande. E, assim, colocou a questão se estão previstas medidas de acalmia do tráfego, designadamente o que possa reduzir a velocidade. Relativamente ao desenvolvimento económico e empreendedorismo, deu os parabéns aos vencedores do orçamento participativo 2024, mas que tem verificado que tem havido uma diminuição das propostas que são apresentadas. Sobre o desenvolvimento económico, educativo e social referiu a implementação do radar social que visa reforçar a identificação das situações de vulnerabilidade social do concelho e que, portanto, uma medida que à priori é bem vista é positiva. Mas de que forma é que se entende que este projeto vai trazer mais-valias ao que já é feito por parte da Câmara no que diz respeito à área social? Têm sido detetadas situações, ou falhas de identificação? Sobre o Planeamento e a revisão do PDM, referiu que foram feitos 867 requerimentos e questionou que nada é referido quanto à análise individual de cada um, e como vai ser feito? E de que forma é que as pessoas vão tomar conhecimento das decisões que ocorreram relativamente aos requerimentos que fizeram. Sobre desenvolvimento cultural, desportivo e lazer, parabenizou a evolução que tem ocorrido na ferramenta de base de dados do arquivo dos jornais locais e que, portanto, está no bom caminho e que é uma fonte de informação valiosa do património e pode ser e é com certeza, para futuros trabalhos de investigação, uma mais-valia. Parabenizou os empresários arouquenses pela boa posição no ranking das 1500 maiores empresas do distrito, pelo trabalho desenvolvido pelo esforço, pelo dinamismo do nosso setor empresarial. Referiu que concluída a empreitada de Acessibilidade da estrada municipal 504 da Avenida de Escolas de Escariz, que também era uma intervenção que era urgente, colocou a questão que é, como é que se encontram os nossos passeios a nível do concelho relativamente à mobilidade para pessoas com limitações e com necessidades de andar numa cadeira de rodas? E que a grande maioria não tem condições para uma circulação com segurança de pessoas com mobilidade reduzida e que temos

muitos idosos e, portanto, o perigo de queda. Referiu ainda sobre a Academia Metropolitana de voluntariado da área metropolitana do Porto, como é que ela funciona? Como é que se faz a inscrição, onde é que se encontra divulgado? E que gostaria de ter mais informação nesta matéria. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que o projeto da centralidade de Chave prevê, junto ao cruzamento uma zona mais elevada, uma zona de acalmia de tráfego e, portanto, que vai obrigar as pessoas a abrandar de qualquer modo. De seguida referiu que irá analisar o orçamento participativo, por ter menos participações, mas que aumentou a participação em termos de público e interesse. Quanto ao radar social, referiu que tem sido uma mais-valia e que se trata de uma candidatura que o Município apresentou para assegurar o financiamento de 2 técnicos na área social e, que no fundo, vêm complementar os serviços sociais. E que esses técnicos vão essencialmente focar-se no mapeamento dos nossos seniores ou pessoas mais vulneráveis que vivem com dificuldades e isoladas e, portanto, é um trabalho extremamente importante. Sobre as acessibilidades referiu que o próprio orçamento de 2025 prevê os modos suaves em alguns locais e que tem zonas em que tem que melhorar, a melhorar os passeios e a ajustar o tipo de árvores que foram colocadas no passado. Quanto ao projeto da área metropolitana referiu que são voluntários que existem no território nos outros municípios e que estão envolvidas nos nossos projetos municipais e que, portanto, convida os jovens para aderir e para participar. ----------

---------- Interveio o senhor **Artur Miler**, que referiu que é ano de eleições e que é o ano de querer mostrar muito. E que este documento de certa forma, diz muito isso, que é tentar mostrar muito do pouco. De seguida referiu as empreitadas de administração direta e os projetos neste relatório, tendo-lhes sido dedicadas 12 páginas e que nada tem a ver com os relatórios anteriores, porque antes a primeira situação que se deparava era sempre o turismo. E, assim, tem um relatório em que se mudou esta visão, que neste caso o executivo camarário do Partido Socialista tem várias áreas, como o desenvolvimento económico e o empreendedorismo, o mesmo planeamento, surgem agora como segundo e quarto item e não é o turismo, que figurava sempre em primeiro e que agora apenas aparece na página 51. E no que se refere precisamente ao turismo, parabenizou o município pela medalha do mérito turístico, Grau prata, que foi atribuído pelo governo português e também as distinções nos World Luxury Awards. E também, por mais uma vez, os Passadiços do Paiva receberem mais um, enquanto melhor atração de turismo de aventura do mundo. Referiu que na página 22 é referido que se encontra em curso a elaboração da plataforma eletrónica do Bairro Comercial Digital de Arouca e que a Presidente referiu e dando nota que foi alocada em regime de exclusividade uma trabalhadora da autarquia para gestão deste projeto inserido no projeto Arouca Mais Digital, cujas iniciativas

terminam em setembro de 2025. E colocou a seguinte pergunta, como é que será realizada a monitorização e acompanhamento deste projeto? De que forma é que podemos ter acesso a dados concretos e quantificáveis do investimento realizado, mesmo sendo financiado a 100%? De seguida referiu a página 26 com distinção de Arouca pelo segundo ano consecutivo como autarquia mais familiarmente responsável, bem como na página 27, o município ter acolhido e dinamizado o encontro envelhecer em comunidade. E que a este propósito, acha que também é interessante saber quais são os dados relativamente ao plano Gerontológico de Arouca. Quais são os objetivos que até agora foram atingidos? Quais foram as métricas? Como é que podemos ter acesso a estas informações, às metas que foram alcançadas e aquelas que foram definidas? O que é que falta realizar? O que falta alcançar? Na página 30 referiu que teve oportunidade de estar presente na sessão de inclusão, em que se assinalou o Dia Nacional de Acessibilidades que é um evento muito interessante e que acha que vale a pena parabenizar pelos convidados. Evento que se realizou na casa dos magistrados e que espera que possa ser alvo de intervenção, de forma a ser um edifício definitivamente acessível para todos, porque é muito curioso que um cidadão que se desloque numa cadeira de rodas àquele edifício, tente solicitar ajuda para lhe empurrar a cadeira de rodas na rampa que dá acesso ao edifício, porque a rampa não tem ligação suficiente para dar autonomia a quem lá se desloca. E que numa sessão de inclusão, é um pormenor que realmente lhe saltou à vista e que teve oportunidade de falar com quem iria intervir e que lhe dava nota exatamente disso. De seguida referiu a página 46, no que se refere ao Festival da Castanha e que gostaria de perguntar qual é o verdadeiro balanço deste evento, cuja programação que anunciaram e extensão do próprio evento supera mesmo o da feira das colheitas? Mas que se denota ou é mesmo uma perceção que a adesão cada vez é mais diminuta face a algum investimento realizado. Fica a pergunta. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que relativamente aos bairros digitais e o plano Gerontológico de Arouca sugeriu na próxima Assembleia Municipal poder fazer uma apresentação pormenorizada dos bairros digitais até porque já está em andamento e que a sua preocupação é ter o envolvimento dos comerciantes, ter o envolvimento dos parceiros. Relativamente às acessibilidades, referiu que há equipamentos municipais que precisam efetivamente de intervenção e não é só a Casa dos Magistrados ou a Casa da Cultura e que não conseguiram executar porque o procedimento ficou deserto. Sobre o Festival da Castanha, referiu que tem avaliado o impacto junto da comunidade e junto dos participantes, porque é importante perceber o impacto que tem na economia local, do ponto de vista comercial e também social e que em devida altura, farão um relatório para saber fazer as coisas a melhorar e a consolidar. ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos** que referiu a receção do Presidente do Benfica no Salão Nobre da Câmara e que não está no relatório. E que sente uma profunda mágoa em relação a essa atitude da parte da senhora Presidente da Câmara, ao receber a referida figura pública neste espaço, quando nunca viu uma receção merecida a cidadãos arouquenses com o devido reconhecimento pelos seus feitos num espaço tão nobre. Relativamente às obras de proximidade da página 16 referiu que deixa um alerta para a situação na estrada que sobe para os armazéns da Câmara e quem vira nas Costeiras para o Campo do Arouca, que tem ali uma vala que está bastante em cima da estrada e engana facilmente os condutores mais distraídos. De seguida referiu as lombas junto à rotunda do Agricultor e que sabe que a obra não está terminada, mas que tem a dizer que aquelas 2 primeiras lombas poderiam ter ficado um bocadinho mais baixas. Sobre os transportes continua a passar na central de camionagem e não vê lá nenhuma informação sobre os trajetos e sobre os horários. E, também, que a senhora Presidente ficou de trazer aqui alguém do BUPI para poder fazer uma apresentação há 4 ou 5 assembleias atrás e que continua à espera. De seguida referiu a página 34, feira das colheitas, congratulando-se com mais uma edição da feira das colheitas e destacou o trabalho exemplar dos bombeiros, depois de dias muito difíceis e estarem privados de estar com as suas famílias para desfrutar da festa, afim de estarem ao serviço da população e dos visitantes. E que numa festa desta dimensão, nem tudo corre como esperado e com o intuito de melhoria, gostaria de deixar alguns reparos como no Desfile dos Açafates em que houve novamente falhas na organização da saída do desfile, o que comprometeu de novo a rápida saída dos bombeiros para atender a quaisquer ocorrências, já que as viaturas estavam obstruídas pelos carros. Referiu também que a exposição de gado, um ícone desta festa, esteve muito aquém das expectativas, com uma dimensão reduzida e em alguns dias com pouquíssimos animais, para não dizer também que foi colocado aqui junto à zona de lançamento de fogo, que, segundo as regras, não é de todo o mais aconselhado. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que, sobre o Benfica, aquilo que a Presidente fez foi dar resposta a uma solicitação de uma associação local e que está à vontade até porque já o havia feito com o Futebol Clube do Porto e não há aqui mais nenhuma intenção por trás e a intenção foi o respeito para com todos os arouquenses. Relativamente às outras homenagens, referiu que alguns que já foram homenageados também e com devido respeito, porque todos são importantes. Sobre a estrada, referiu que o vereador irá tomar a devida nota. E sobre as lombas, referiu que a obra efetivamente não está terminada e, portanto, quando estiver terminada, corresponderá com aquilo que foi projetada e terá que ficar uma intervenção com qualidade, sem criar qualquer problema com certeza. Sobre os horários na central de camionagem referiu que tinha

indicação que estaria colocado e que, portanto, o vereador vai proceder a essa verificação. Sobre o BUPI ficou registado e vai pedir para numa próxima reunião fazer aqui a apresentação dos números, até porque é importante as pessoas perceberem o impacto que tem tido deste balcão. De seguida referiu que a exposição agrícola foi muito elogiada, uma exposição moderna, que respeitou totalmente aquilo que era a identidade e a importância da Feira das Colheitas em tempo áureo, tendo sido um êxito em termos de visitantes. ----------

---------- Interveio o senhor **Vítor Arouca, Presidente da União de freguesias de Arouca e Burgo,** que referiu que quando há uma empreitada na União de freguesias de Arouca e Burgo, não há o cuidado de enviar, pelo menos uma planta geral, digamos assim, da empreitada, para que se possa ter um conhecimento mais detalhado da intervenção. E que acha que é importante estar mais ou menos por dentro daquilo que se está a realizar, independentemente de não ser uma competência da junta de freguesia. E que pensa que está a falar por todos os presidentes de Junta. De seguida chamou a atenção para a necessidade de se atualizar o regulamento da postura de trânsito e isto porque a última aprovação neste fórum foi em 2013 e que depois disso, fizeram-se um conjunto de requalificações, de reabilitações, um conjunto de alterações até de sentidos de trânsito e permissões de estacionamento. E tudo o que for regra geral de trânsito tem que constar da postura municipal de trânsito e que, portanto, o que diz a regra geral é que o limite de velocidade dentro da localidade são 50 km/hora, portanto, qualquer sinal que a contrarie tem que fazer parte da postura municipal de trânsito, assim como a questão do estacionamento, porque por exemplo na Alameda continuam os sinais de proibido estacionar e o certo é que a regra diz que o estacionamento dentro de uma localidade é feito à direita, portanto, qualquer sinal que contrarie a regra deve constar de uma postura municipal de trânsito e chama mais uma vez a atenção para a necessidade dessa atualização. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que tem sido a prática de ter os presidentes de junta com conhecimento das intervenções e que se não teve acesso atempadamente, foi um lapso. E que têm todo o interesse que estejam a par dos projetos que desenvolvem nas freguesias. Sobre a postura de trânsito referiu que regista a observação, bem como a questão relativamente à alteração ao regulamento da postura de trânsito. ----------

---------- Interveio o senhor **Luís Almeida** que referiu que a senhora Presidente da Câmara falou no terreiro e que o Ministério da Cultura não deixa mexer lá no terreiro, mas que quando houve aquelas obras gerais de intervenção, o Presidente da Câmara era o senhor Eng. Artur Neves, foi retirado de lá o Pelourinho, o monumento alusivo aos mortos na Primeira Guerra Mundial, mortes naturais de Arouca e também um Pelourinho também relacionado com a restauração de 1640 e que foi

prometido que esse Pelourinho ia ser colocado numa nova zona de intervenção, nomeadamente na Alameda, mas que foi intervencionada e o Pelourinho desapareceu. Que nunca mais apareceu lá, não sabe onde estão as pedras e que gostava de saber uma resposta. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que deve estar a falar do memorial e que na realidade foi um dos elementos que foi retirado na altura, e que foi um projeto que teve aprovação da Direção Regional da Cultura como todos os projetos de intervenção da área do Mosteiro. Mas que na realidade ainda não foi colocado em lado nenhum. ----------

---------- **APROVAÇÃO DA MINUTA: ----------**

---------- A Assembleia Municipal deliberou, após leitura e votação de braço no ar, aprovar por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 22 horas e 30 minutos. ----------

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Geraldo Campas, que a redigi e a subscrevo. -----